



EIXO SÓCIO CULTURAL

Cidadania e Direitos Humanos

CONSULTORA
Vanda de Aguiar Valadão

VITÓRIA, 2008

APRESENTAÇÃO

Este documento integra o conjunto de estudos temáticos realizados por ocasião da elaboração da Agenda Vitória. Tem o propósito de subsidiar o poder público e a sociedade em geral na elaboração de políticas públicas de promoção da cidadania e dos direitos humanos.

Durante a sua elaboração não foram ignorados os efeitos regressivos da reestruturação produtiva do capitalismo propiciada pelo avanço tecnológico sobre o mundo do trabalho, comprometendo direitos econômicos e sociais e tornando vulneráveis as condições para o pleno exercício da cidadania. Todavia, por outro lado, se procurou reconhecer e realçar o direito à cidade visando destacar possibilidades para a intervenção pública e da sociedade civil comprometidas com a construção de cidades mais justas, democráticas, humanas e sustentáveis, onde todas as pessoas possam viver com dignidade e ter o usufruto eqüitativo da cidade, dentro dos princípios democráticos e da justiça social.

O pressuposto central para a construção da Agenda Vitória sinalizou a dimensão da utopia: “ou a cidade pertence a todos ou não pertence a ninguém [...] ou a cidade é coletiva ou ela deixa de existir”. A força democrática e humana dessa utopia conduziu à proposição que norteia as diretrizes, estratégias e projetos aqui apresentados e que buscam referenciar Vitória como uma cidade educadora e civilizadora, pois promotora dos direitos humanos e de cidadania nos âmbitos social, econômico, cultural, civil, político e ambiental.

A ótica do direito do cidadão à cidade conduziu ao exame da situação atual dos direitos humanos, em que se procurou identificar as virtudes e os vícios da cidade, suas potencialidades e limitações, seus pontos fortes e fracos, os desafios vencidos e os que ainda precisam ser enfrentados.

O objetivo geral desse trabalho é descrever e analisar, numa perspectiva política, alguns aspectos do processo sócio-histórico da cidade de Vitória na atualidade visando ressaltar possibilidades, riscos e fatores tendentes a desestabilizar o acesso dos cidadãos à integralidade dos direitos humanos e à construção, na prática, do ideal da cidade educadora e civilizadora. Como objetivo específico, buscou-se verificar como as políticas públicas têm feito o enfrentamento das vulnerabilidades sociais, viabilizando e/ou ampliando o acesso da população mais pobre aos direitos sociais, econômicos, culturais, civis e políticos. Procurou-se também avaliar se tais políticas têm contribuído para estimular a capacidade de organização dos segmentos sociais, a convivência solidária e multicultural e o respeito à diversidade sexual na cidade. A partir deste ponto são projetados cenários futuros e, com base no futuro desejado para Vitória, são apresentadas algumas diretrizes e sugeridos projetos e metas possíveis de conspirarem pela concretização do ideal e da realização da utopia.

O documento está metodologicamente subsidiado em dados de diferentes fontes que têm o território da cidade como base de análise. Apóia-se também em pesquisa documental e bibliográfica e em levantamento de dados empíricos e de sondagem junto a moradores da cidade. Outras fontes valiosas de informação foram os seminários e fóruns de debate promovidos ao longo da sua elaboração; as reuniões com membros do Conselho da Cidade, dos conselhos de direito e com gestores públicos, além dos grupos de trabalho e exposições e debates entre os consultores e a equipe coordenadora da Agenda Vitória.

No processo de construção desse documento contei com uma pequena equipe formada pela socióloga Durvalina Maria Sesari Oliosia e pela assistente social Camila Costa Valadão. De coração agradeço a ambas, pois além de terem sido importantes apoios intelectuais e afetivos emprestaram a esse trabalho uma valiosa contribuição trabalho sob a forma de levantamento de dados e informações importantes para o diagnóstico da situação dos direitos humanos em Vitória.

VITÓRIA
CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS
SÍNTESE

Entre outros aspectos o diagnóstico evidenciou a existência de fatores que dificultam o pleno exercício da cidadania e a efetiva promoção dos direitos humanos na cidade de Vitória, dando destaque a desigualdade de renda e a violência urbana.

1. A desigualdade de renda

A desigualdade de renda – via de regra, intimamente associada a desigualdade social, de escolaridade e de acesso a bens e serviços – é um forte indicativo de que os benefícios do crescimento econômico regional não atingiram igualmente a todos e que boa parcela da população ainda está distante de ser beneficiada pelo desenvolvimento econômico, enquanto um meio para impulsionar o desenvolvimento das pessoas e para as pessoas.

A má distribuição de renda marca o espaço urbano de Vitória e oferece como paisagem a dicotomia da cidade que, sendo uma, na verdade encontra-se dividida pela segregação sócio-espacial imposta pela desigualdade social. Isto significa admitir a existência em uma mesma sociedade de dois universos sociais distintos, com baixa interatividade e manutenção de vínculos entre ambos que, situados em territórios geográficos específicos dentro de uma mesma cidade, parecem partes de dinâmicas produtivas díspares, ainda que dentro de uma mesma região.

2. A violência urbana

O incremento da violência urbana desafia o ideal de construção da cidade como espaço comum. O medo da violência – física, psicológica ou patrimonial, principalmente – leva as pessoas a alimentarem desconfianças mútuas que, no

limite, tendem a provocar um encolhimento dos espaços de organização e mobilização popular, um retraimento da capacidade de participação cidadã na arena política e em atividades cooperativas e solidárias, o que tende a contribuir para a diminuição do senso de responsabilidade com a esfera pública da vida em sociedade.

Os efeitos ou conseqüências decorrentes de contextos de violência persistente tendem a ser desvantajosos para todos. Porém as expressões da violência não atingem igualmente as diferentes classes e estratos sociais. A violência letal é mais freqüente em áreas residenciais periféricas da cidade e atinge sobretudo a população mais fragilizada de poder e renda. Crimes contra o patrimônio atingem com mais freqüência segmentos sociais de maior renda e, ao lado de acidentes de transporte, são mais comuns em regiões/ bairros da cidade com melhor índice de Qualidade Urbana. O incremento da criminalidade é um problema comum aos municípios da RMGV e, nesse sentido, contribui para demonstrar a forte interdependência entre os mesmos, dado que para estancar o flagelo da violência é condição necessária a convergência de esforços das administrações públicas e o efetivo engajamento do governo estadual.

Os pressupostos centrais que sustentam a construção da Agenda Vitória partiram do apontamento de uma tendência de futuro para o desenvolvimento econômico e político da cidade. Por ela creditam-se a Vitória amplas possibilidades de potencializar um processo de geração e distribuição do conhecimento, em que se destaque como “cidade do conhecimento”. Isto implica a renovação e requalificação de suas funções, encorpando processos inovadores que já emergem na cidade e que tendem a favorecer uma maior articulação entre o desenvolvimento local, o regional e o global. Esta tendência prediz ainda a possibilidade de Vitória ter a liderança e um papel de destaque na articulação com outros pólos ou centralidades emergentes no interior do estado, recompondo a fragmentação em novas bases ao mesmo tempo em que faz sobressair a sua nova centralidade, fincada na afirmação da alternativa tecnológica e de produção de conhecimento voltado para o desenvolvimento da RMGV e do Espírito Santo.

O projeto para o futuro de Vitória é, então, o de inseri-la numa rede mundial e nacional de cidades produtoras de tecnologia e conhecimento acerca de temas, produtos e processos de interesse metropolitano e regional.

Como e de que forma a ciência, a tecnologia e a Inovação podem efetivamente oferecer respostas aos problemas mais prementes da nossa cidade, contribuindo assim para melhorar a qualidade de vida da população e ampliar e melhorar a cidadania econômica, social, civil, política, cultural e ambiental de seus moradores?

A partir desse ponto o presente documento problematiza alguns cenários possíveis, destacando as possibilidades e as ameaças. Estender os bens da ciência e da tecnologia a todos e compreender o saber não como privilégio, mas como direito, é a faceta mais premente deste desafio. Além de ferramenta para alcançar conquistas materiais, o conhecimento é também fonte de realização e felicidade para o ser humano, quando este passa a se entender como matriz de ação inteligente, construtor de soluções que podem melhorar efetivamente sua condição de vida.

Para o sucesso desse empreendimento, a cidade terá que dar destaque à formação permanente para o trabalho, promovendo, ampliando e aprimorando o conhecimento do trabalhador no campo tecnológico. O programa de formação e atualização do trabalhador será desenvolvido o mais próximo possível do mesmo, em seu local de moradia ou no ambiente de trabalho, utilizando metodologias que façam uso de meios eletrônicos e interativos de ensino.

O sistema educacional em Vitória dará um salto, integrando as suas funções às dos demais níveis de formação visando garantir educação em ciência e tecnologia, de maneira competente e adequada. Este esforço se refletirá positivamente no nível de empregabilidade e na capacidade cidadã dos

moradores da cidade para utilizar a tecnologia, ampliando a sua participação social e no exercício do controle democrático da vida pública.

Os meios interativos de comunicação eletrônica tendem a abrir múltiplas oportunidades e um número crescente de atividades profissionais que poderão ser realizadas em casa ou a partir de casa. O trabalho executado em rede e coletivamente será impulsionado e crescerá significativamente na próxima década.

A juventude terá forte inserção social, política e cultural na cidade pelo seu protagonismo na expansão das chamadas indústrias criativas. Serão muitas as oportunidades de destaque juvenil nas áreas de design, moda, cinema, software interativo e de entretenimento, artesanato, música, artes cênicas e de promoção de eventos associados ao lazer.

As políticas públicas de geração de emprego e renda darão ênfase às inúmeras áreas com tendências promissoras do setor terciário como a indústria criativa de lazer em geral, turismo, estética e beleza, esportes, artes e atendimento de necessidades dos idosos, por exemplo.

A cidade deverá promover a popularização e o aperfeiçoamento do ensino de ciências na rede escolar, bem como a produção e a difusão de tecnologias e inovações para a inclusão e o desenvolvimento social, conforme preconiza o Plano de C,T&I do Ministério da Ciência e Tecnologia. Nesse sentido, o programa de inclusão digital deverá ser ampliado assim como devem ser estimulados projetos que trabalhem com novas tecnologias sociais e de inclusão social, por meio de processos metodológicos participativos e da difusão e enraizamento de uma cultura de valorização da ciência, da tecnologia e da inovação.

Apesar das tendências positivas associadas ao desenvolvimento de Vitória, não é descabido lembrar esse processo é portador de ameaças, tendentes a atingir negativamente os distintos segmentos sociais e de renda, mas

sobretudo os de menor nível educacional, de renda, cultural e de oportunidades.

Por exemplo, as estratégias traçadas para o desenvolvimento econômico e político de Vitória são exigentes de um novo tipo de trabalhador e de “mão-de-obra”. Em uma “cidade do conhecimento” poderá não haver espaço de trabalho para trabalhadores pouco qualificados e o emprego poderá ter tempo de duração atrelado à realização de ações e não a processos produtivos. Mesmo o trabalhador qualificado poderá ver reduzidas suas chances de trabalho se profissionalmente permanecer apegado à sua especialidade, ao “já sabido”. Nesse cenário, “saber pensar” se tornará mais fundamental do que “saber fazer”, e a habilidade mais valorizada será a de saber aprender para saber refazer diante de novos desafios.

Os postos de trabalho no mercado formal tendem a ser restritos e acessados por aqueles que detenham conhecimento sólido, graduado e pós-graduado, voltado ao desenvolvimento de soluções tecnológicas para o mercado. Mas, as trajetórias profissionais serão imprevisíveis. Profissões irão desaparecer enquanto outras surgirão e as qualificações exigidas poderão ser descartadas em seguida.

A estreiteza do mercado de trabalho tende a estar na raiz, agudizando ainda mais, o fenômeno da criminalização de pobres e iletrados de todas as cores e etnias e dos movimentos e manifestações sociais contestatórios.

O trabalhador disfuncional ao padrão de desenvolvimento econômico da cidade tenderá ao desemprego crônico e estará afastado de qualquer direito associado ao mundo do trabalho. O setor informal poderá crescer ainda mais com oferta de “serviços” pouco valorizados, ocupando espaços públicos e gerando sucessivos conflitos entre ambulantes/camelos e fiscais de postura e guardas municipais.

Os segmentos populacionais que vão perder espaço no cenário desenhado para o desenvolvimento econômico da cidade se perceberão como

economicamente desnecessários e sobreviverão da Assistência social, sem vislumbrar qualquer possibilidade de mobilidade social positiva.

A queda da demanda por mão - de- obra de baixa qualificação será fruto de um processo simultâneo: primordialmente, pela mudança tecnológica e pela abertura comercial. A abertura e as inovações tecnológicas são partes de um mesmo processo, que tende a ocorrer de forma simultânea.

Os empregos gerados, por atraírem um tipo de trabalhador qualificado, com formação sólida, graduada e pós-graduada, impactarão sobre o mercado imobiliário, que passará a ser disputado por um público de maior renda nominal e familiar, o que tende a afastar de Vitória o morador nativo com baixa estabilidade no mercado de trabalho local.

Uma tendência pesada – conseqüente do processo de requalificação e seletividade para o uso e a ocupação do solo, associado a alta especulação imobiliária – poderá se manifestar no campo da sociabilidade, das referências sociais, da identidade e do “ethos” da cidade. O desafio aqui é saber o que a cidade está disposta a preservar, o que a distingue e que não quer perder; quanto está disposta a ceder para os “chegantes” e “transeuntes” que virão na esteira da expansão das atividades de petróleo, gás e inovações tecnológicas para o mercado. Que lugar a cidade (e seus poderes constituídos) pretende reservar para o congo, o samba, o “amores da lua”, os catadores de caranguejo, as desfiadeiras de siri, para a piedade, o morro dos alagoanos, o forte de São João e a Ilha das Caieiras?

O cenário prospectivo para o futuro da cidade assume um pressuposto político fincado na determinação de promover o desenvolvimento e a importância econômica de Vitória nos contextos local e global, qual seja: o de que Vitória vai disputar a soberania do conhecimento. O adensamento econômico da cidade, em conseqüência dessa tomada de rumo, é uma possibilidade plausível. Talvez, ou certamente, as potencialidades de tal processo ainda não estejam totalmente identificadas, assim como também as suas ameaças.

No campo da cidadania e da promoção dos direitos humanos as diretrizes, estratégias e projetos aqui apresentados buscar afirmar um caminho capaz de incidir sobre os fatores de ameaça detectados no diagnóstico e nos cenários traçados. Sua elaboração parte de um ponto de vista otimista, ou seja, a crença na capacidade criativa, inovadora e político-histórica dos sujeitos sociais. Compreendemos que as cidades são espaços de criação e de produção cotidiana da vida e, nesse sentido, são espaços compostos pelas práticas concretas de seus habitantes. O que se propõe então é que Vitória (seus habitantes e esferas de governo) se faça sujeito educativo, se transformando em uma cidade educadora. Politicamente, a proposição central que norteia as estratégias e projetos voltados ao fortalecimento da cidadania e dos direitos humanos na cidade, visa lançar Vitória na rede mundial de cidades educadoras e na de cidades protetoras da vida, simultaneamente. As diretrizes de um tal processo foram então desenhadas e propõem à cidade as possibilidades de:

- Promover a igualdade de acesso às oportunidades criadas pelo poder público e conjugar esforços com outras esferas da vida sócio-econômica e cultural da cidade em prol da construção de uma cidade para todos.
- Desenvolver as potencialidades educativas que a cidade contém, incorporando no seu projeto político os princípios da cidade educadora.
- Encorajar a transversalidade dos direitos humanos nas políticas públicas municipais como meio de realização de um projeto cultural e formativo promotor da coexistência social solidária e pacífica, apoiado em inúmeras possibilidades educativas tendo por finalidade a formação integral dos moradores da cidade ao longo de suas vidas/existência.
- Referenciar Vitória como uma cidade que promove e protege a vida e os direitos humanos, pois compromissada com a prevenção da violência e dos agravos a saúde por causas externas e com o respeito, a tolerância, a promoção e a valorização das diversidades – étnico-racial, religiosa, cultural, geracional, territorial, de gênero, de orientação sexual, de nacionalidade, de opção política, dentre outras.

CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS

DIAGNÓSTICO

I — SITUANDO CONCEITOS

Trata-se aqui de esclarecer alguns conceitos que norteiam esse estudo. Não se trata de um apanhado de teórico no sentido próprio da palavra, não sendo este o lugar para tal. Basicamente o que segue tem um propósito bem delimitado que é oferecer alguns marcadores em torno dos quais poderemos pensar a cidadania e os direitos humanos interligando esses conceitos a um dos marcos legais que servem de orientação a intervenção do poder público – o Estatuto da Cidade. O objetivo dessa explanação inicial, mais geral e conceitual, é dar um suporte para a avaliação das questões que serão aqui abordadas relativas à violência urbana, segurança civil e segurança social, desigualdade social e de renda entre as regiões da cidade, diversidade étnica e acesso à cidadania e direitos humanos, entre outras.

1.1. Cidadania e Direitos Humanos

Compreendemos que a noção de cidadania e a de direitos humanos se interpenetram na medida em que igualmente emanam da afirmação da dignidade humana, sendo esta um princípio e uma diretriz de ação que estrutura e confere substância as duas acepções ou conceitos.

Os direitos humanos tendem a ser a reivindicação primaz se e quando o ordenamento jurídico de um país não reconhece um determinado direito como digno de ser alçado à condição de direito de cidadania de seus habitantes. O direito de culto, crença e religião, ou o direito a um padrão de vida consoante com o desenvolvimento econômico, cultural e tecnológico de uma sociedade, assim como o direito à integridade física, a não sofrer tortura, tratamentos cruéis desumanos e degradantes, são todos direitos humanos fundamentais que devem estar assegurados no estatuto da cidadania.

Mudanças culturais também sustentam a necessidade de revisão e aprimoramento de direitos e obrigações consagrados nos ordenamentos jurídicos e, nesse sentido, o estatuto da cidadania reclama o seu alargamento para contemplar necessidades humanas e os novos direitos a elas associados. O reconhecimento da igualdade de gênero, o respeito a orientação sexual das pessoas, a proteção especial a crianças, jovens, idosos, portadores de deficiência, entre outros, são necessidades que reivindicam o seu reconhecimento e garantia de observância e proteção por estarem fundada naquilo que constitui o essencialmente humano.

O princípio da dignidade humana está intrinsecamente relacionado ao princípio da promoção da igualdade e, ao mesmo tempo, ao reconhecimento da diferença e a valorização da diversidade, opondo-se a qualquer forma de discriminação.

A efetivação do princípio da igualdade contribui para realizar a inclusão social e a enfrentar os fatores de exclusão, sinalizando para o dever dos Estados de assegurarem um padrão de vida digno e condizente com o desenvolvimento econômico, material, cultural, educacional e tecnológico da sociedade a homens e mulheres, sem exceção de qualquer natureza. O princípio da igualdade é exigente da implementação de políticas de redistribuição da riqueza e o princípio da diferença reclama a realização de políticas públicas específicas voltadas ao reconhecimento e promoção das especificidades e necessidades humanas.

Não há como admitir hoje um falso universalismo, consubstanciado formalmente na admissão de que todos são iguais perante a lei. Esse tipo de universalismo mostrou-se perverso para a grande maioria de cidadãos não-proprietários, intermitentemente restringidos em seus direitos humanos por não possuírem os meios adequados para acessá-los, mesmo quando constitucionalmente garantidos. Na prática e efetivamente a igualdade formal tem permitido a consagração de privilégios àqueles que se situam no topo da pirâmide social, dividindo os cidadãos entre os de primeira e os de segunda classe, além de não impedir a ausência de cobertura a muitos do estatuto da

cidadania, da condição de não-cidadãos. O padrão universal da igualdade formal não é suficiente para fazer a ultrapassagem de pobreza, da miséria, da exclusão social. Sequer é suficiente para promover a democracia política e econômica como condição necessária a pacificação social e à construção de uma sociedade justa e solidária.

Direitos humanos referem-se a um sem número de campos da atividade humana: o direito ao trabalho, a uma remuneração justa, a férias e ao lazer, o direito à segurança social e econômica; o direito de ir e vir sem ser molestado; o direito de ser tratado pelos agentes do Estado com respeito e dignidade, mesmo tendo cometido uma infração; o direito a ter acesso a Justiça e de acionar o Ministério Público para fazer cessar graves violações de direitos humanos, individuais ou coletivos; o direito a um meio ambiente preservado e saudável, o direito à saúde, a educação, a cultura, à segurança física e patrimonial, o direito de ser, pensar, crer, de manifestar-se ou de amar sem tornar-se alvo de humilhação, discriminação ou perseguição, etc. São direitos que velam pela garantia de uma existência digna a toda e qualquer pessoa. A cidadania deve expressar a efetivação concreta destes direitos na realidade e ser protegida e promovida pela institucionalidade estatal, subsidiada pelo conjunto da sociedade. Quando a sociedade se conscientiza dos seus direitos e, organizada, exige que sejam respeitados, ampliam-se as chances de fortalecimento da democracia e do Estado de Direito além de provocar positivamente a capacidade de ação do poder público.

Nos dias que correm têm-se reconhecido a indivisibilidade e a interdependência entre todos os direitos humanos, resultante do reconhecimento da igual necessidade de concretização dos direitos civis, políticos, sociais, econômicos, culturais e ambientais. Da mesma forma, compreende-se que os direitos humanos devem ser protegidos, promovidos, defendidos e a violação a qualquer um destes direitos, deve ser reparada, competindo ao Estado o papel de garantidor destes direitos e da sua não violação, seja por entes públicos ou particulares.

Os cidadãos podem e devem assumir o protagonismo em prol de uma cultura que respeite e promova esses direitos, assumindo responsabilidades em face da coletividade. A participação dos indivíduos e da sociedade é importante e sem ela a condição de cidadão tende a ficar vaga, esvaziada de sentido, e até negativa. Imiscuir-se na esfera pública e deixar-se atravessar pela atividade política, fazendo-se cidadão ativo, é não só uma qualidade da cidadania, mas uma virtude pública, capaz de contribuir para construção da cidade como espaço comum, promovendo interações civilizadoras.

Para finalizar, não podemos deixar de registrar a emergência hoje de novas idéias no campo da cidadania que é expressa na idéia de cidadania cultural, que tem a ver com grupos minoritários. A cidadania aí se vincula as identidades coletivas infra Estado-nação, como o gênero, a raça, a cor etc. É uma idéia que ganha força teórica e no campo das práticas sociais sem que se possa dizer ainda em que medida pode afetar a própria vivência da cidadania que no esquema clássico, abrange o problema dos direitos e o problema das identidades coletivas. Será que estamos vivendo um processo de evolução do nosso estilo próprio de cidadania, que não passa por um estrito individualismo, por uma estrita definição do indivíduo como titular de direitos, mas passa pelo indivíduo como membro de uma comunidade específica em relação à qual ele tem direitos, liberdades, responsabilidades e deveres?

É fato que vivemos em um mundo onde queremos ser simultaneamente iguais e diferentes. Começamos a querer uma cidadania que respeite as diferenças culturais, de gênero, étnicas, geracionais, as diferentes opiniões, as diferentes formas de ser e de estar no mundo. A esse respeito Boaventura de Souza Santo nos ensina que temos direito de ser iguais quando a diferença não nos inferioriza e direito de sermos diferentes quando a igualdade não nos descaracteriza.

Por fim importa reafirmar que para que haja cidades justas, humanas, saudáveis e democráticas, é preciso incorporar os direitos humanos no campo da governança das cidades. O administrador público e a sociedade terão como conduzir formas de gestão e de políticas públicas cujos resultados tenham

impacto para a eliminação das desigualdades sociais, das práticas de discriminação de pessoas e grupos humanos, da segregação e partição da cidade em razão do tipo de moradia, da procedência social e geográfica, da localização dos bairros, etc.

1.2 – Direito à cidade e desenvolvimento humano

O Estatuto da cidade é, segundo a professora e urbanista Raquel Rolnik, o instrumento para as cidades que sonham crescer com justiça e beleza. Sem dúvida essa lei nos pôs diante de muitas possibilidades de construção coletiva da cidade que queremos para viver. Seu caráter admiravelmente progressista traz à tona a necessidade de pactuação de um compromisso entre todos com cada um e do conjunto atual de seus habitantes com as gerações futuras que habitarão as cidades.

O Direito a Cidade é definido como o usufruto eqüitativo das cidades dentro dos princípios de sustentabilidade, democracia e justiça social; é um direito que confere legitimidade à ação e organização, baseado em seus usos e costumes, com o objetivo de alcançar o pleno exercício do direito a um padrão de vida adequado.

O Direito à Cidade é interdependente a todos os direitos humanos internacionalmente reconhecidos, concebidos integralmente e inclui os direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais. Inclui também o direito a liberdade de reunião e organização, o respeito às minorias e à pluralidade étnica, racial, sexual e cultural; o respeito aos migrantes e a garantia da preservação da herança histórica e cultural.

A Carta Mundial do Direito à Cidade enfatiza que além de garantir os direitos humanos às pessoas, o território das cidades é espaço e lugar de exercício e cumprimento dos direitos coletivos como forma de assegurar a distribuição e uso eqüitativo, universal, justo, democrático e sustentável dos recursos, riquezas, serviços, bens e oportunidades das cidades. Nesse sentido, devem ser substantivas as garantias ao direito ao meio ambiente; ao direito a

participação no planejamento e na gestão das cidades; ao direito ao transporte e mobilidade pública; ao direito à justiça.

Pensar a cidade sob a ótica dos direitos implica em também pensá-la como um lugar em que estejam asseguradas as condições para o seu desenvolvimento econômico. Um desenvolvimento que não se traduza apenas e tão somente por um aumento quantitativo na produção de bens e serviços, graças a atuação preponderante do capital e da tecnologia, por exemplo, e que resulte tão somente em aumento do PIB. Pensar o desenvolvimento econômico é pensar no aumento quantitativo e qualitativo da economia em função das necessidades humanas, o que remete a uma participação harmônica de todos os fatores de produção e se expressa através da minimização das disparidades de renda.

O direito à cidade é aqui definido como o usufruto eqüitativo das cidades dentro dos princípios da sustentabilidade e da justiça social. Compreende o direito coletivo dos habitantes, em especial dos grupos vulneráveis e desfavorecidos, de alcançar um padrão de vida adequado. O direito à cidade pressupõe o exercício pleno e universal de todos os direitos econômicos, sociais, culturais, civis e políticos ao lado, conforme já apontado, do direito ao meio ambiente; do direito a participação no planejamento e na gestão da cidade; do direito ao transporte e mobilidade pública e do direito a justiça.

O PNUD enfatiza a idéia segundo a qual o crescimento econômico favoreça as pessoas e o seu potencial produtivo, entendendo ser este o único caminho para se abrir oportunidades de desenvolvimento humano. Nesse sentido em seus relatórios sobre o tema do desenvolvimento econômico versus desenvolvimento humano apregoa que são necessárias novas medidas internacionais para encorajar e apoiar estratégias nacionais de criação de emprego e de desenvolvimento humano.

Alguns estudos convergem no entendimento de que a caracterização do desenvolvimento econômico não deve se restringir ao crescimento da produção em uma região, mas principalmente aos aspectos qualitativos relacionados ao

crescimento. Os mais imediatos referem-se à forma como os frutos do crescimento são distribuídos na sociedade, à redução da pobreza, à elevação dos salários e de outras formas de renda, ao aumento da produtividade do trabalho e à repartição dos ganhos dele decorrentes, ao aperfeiçoamento das condições de trabalho, à melhoria das condições habitacionais, ao maior acesso à saúde e à educação, aos aumentos do acesso e do tempo de lazer, à melhora da dieta alimentar e à melhor qualidade de vida em seu todo envolvendo condições de transporte, segurança e baixos níveis de poluição em suas várias conotações, etc. (MAIA, 2008).

II – COMPREENDENDO A CIDADE REAL

1 – A interdependência entre Vitória aos municípios da Região Metropolitana

Aqui procuramos inventariar a ambiência sócio-econômica da cidade de Vitória e de seu entorno, a RMGV. É uma construção incompleta e que não se constitui no cerne principal desse trabalho, mas, ainda assim, importante para se poder acessar o universo de vivência e as dimensões que atravessam a relação do sujeito social concreto com a realidade sócio-histórica em que está imerso - sem, no entanto, ter a pretensão de esgotar e aprofundar as características daquele contorno e desse universo. Trata-se tão somente aqui de fazer uma aproximação do tema desse estudo ao contexto mais geral, no intuito de demarcar as condições históricas efetivas em que se processam os direitos humanos e o exercício da cidadania em Vitória, tendo como pano de fundo os elementos conceituais e políticos apresentados no item anterior.

1.1 A importância econômica de Vitória no contexto da Região Metropolitana

Os processos de industrialização e urbanização na cidade de Vitória são relativamente recentes e foram impulsionados sobretudo pela reordenação da

economia capixaba, presidida pelo modelo industrial-exportador implementado no estado do Espírito Santo a partir de meados da década de 60.

A instalação da CVRD em 1942, a inauguração do Porto de Tubarão, em 1966, a implantação da Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST) e do porto de Praia Mole, inaugurados em 1983, ao lado de uma constelação de empresas justapostas às atividades econômicas e industriais em curso, provocaram intensa reestruturação do território da Região Metropolitana de Vitória. E nesta Região que se concentram um amplo conjunto de instituições governamentais e privadas de particular importância e uma variada gama de atividades de comércio e serviços, fortalecendo sua participação hegemônica na economia estadual e seus vínculos e inter-relações com os mercados externos (Zorzal, 2003).

A lógica que passou a ordenar a dinâmica econômica estadual não se restringiu às elites econômicas e políticas locais, mas articulou-se a circuitos internacionalizados da economia mundial. O forte investimento estatal no setor de logística de transporte e siderurgia deu competitividade a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e a conectou definitivamente ao mercado transoceânico de minério de ferro.

A mudança verificada no padrão de desenvolvimento da economia capixaba impôs impactos de significativa relevância, sobretudo a partir da instalação de grandes plantas industriais e sistemas portuários, que se fizeram sentir especialmente no município de Vitória e municípios adjacentes, afetando os perfis sócio-econômicos de seus territórios.

A importância econômica assumida pela RMGV ao longo das três últimas décadas do século passado provocou uma absorção significativa do contingente populacional proveniente de outras regiões do Estado e de estados circunvizinhos. Em 2005 o conjunto dos municípios da RMGV concentrava

47,8% da população estadual em um território que corresponde aproximadamente a 5% da área total do Estado.

Tabela 1 – Área e população da RMGV em relação ao Estado do Espírito Santo – 2005

Especificação	Área (km²)	População (hab)
Total RMGV	2.331	1.627.651
Total Estado	46.184	3.408.365
Participação RMGV/ES	5,0%	47,8%

Fonte: IBGE/IDAF

Os municípios de Cariacica, Serra, Vila Velha e Vitória concentram 88,8% da população total da RMGV, o que indica que foram sobretudo estes municípios que receberam boa parte da população que perdeu importância produtiva nas atividades econômicas até então predominantes no meio rural e que buscou nestas cidades novas alternativas de trabalho. O “inchaço” populacional ocorrido abruptamente na Região, sobretudo nas décadas 1970/80, produziu efeitos que se fizeram sentir de forma particularmente grave na capacidade, que se tornou decrescente de atendimento das infra-estruturas sociais e estatais, em especial as relacionadas a educação, saúde, previdência, segurança pública e funções judiciária. Esses setores não receberam investimento na proporção do desafio imposto pela demanda crescente e passaram a sofrer o questionamento público quanto à qualidade e efetividade de seus serviços e capacidade de atendimento.

Todavia, a centralidade assumida pela RMGV não se define somente pelo fato de ter sido receptora de migrações decorrentes da mudança na dinâmica produtiva e na estrutura sócio-econômica estadual. É nesta Região que também se concentram investimentos, o maior PIB gerado no Estado, as sedes das instituições públicas e privadas mais relevantes além da capacidade de gerar meios necessários à gestão e distribuição de serviços e mercadorias.

Em 2003 a participação da RMGV no PIB estadual foi equivalente a 64,11%. Internamente há diferença entre os municípios nessa participação e essa assimetria também se apresenta quando se compara o PIB municipal per capita. Vitória tem maior participação no PIB estadual e destaca-se entre os demais pelo seu PIB municipal per capita, equivalente em 2003 a R\$ 26.534. De fato nesse mesmo ano o PIB per capita de Vitória alcançou quase que o dobro do PIB per capita de Serra (R\$ 13.603); e foi cinco vezes maior que o de Cariacica (R\$ 5.089) e três vezes e meia maior que o de Vila Velha (R\$ 7.395)

Tabela 2 – PIB municipal per capita – 2003
(R\$ 1, 00)

Município	1999	2000	2001	2002	2003
Cariacica	3.581	3.998	4.133	4.494	5.089
Fundão	3.918	4.065	3.804	5.094	4.759
Guarapari	4.401	4.655	4.535	4.372	4.340
Serra	8.211	9.250	10.286	11.584	13.603
Viana	4.947	5.292	5.361	6.243	8.942
Vila Velha	5.741	6.477	6.489	6.645	7.395
Vitória	17.799	20.152	21.836	22.269	26.534
RMGV	8.178	9.126	9.705	10.220	11.914
Espírito Santo	6.105	6.880	7.078	7.631	8.792

Fonte: IPES

A cidade de Vitória destaca-se das circunvizinhas por um conjunto de outras vantagens, cuja importância pode ser avaliada pelo papel estratégico que exerce como “centro de informações e de decisões de abrangência estadual” (CDV – 2007), com forte influência sobre o desenvolvimento do Espírito Santo.

O Espírito Santo vem se destacando nacionalmente por suas taxas de crescimento acima da média nacional. A forte expansão das atividades petrolíferas no estado e a exploração de gás natural ampliam as perspectivas econômicas do estado e, conseqüentemente, dos municípios capixabas, particularmente da capital.

O desafio que se apresenta com força nessa nova conjuntura é o de agregar valor à singularidade de Vitória no contexto econômico estadual, incorporando e requalificando funções. Nessa direção, o futuro de Vitória tem sido pensado em torno do fortalecimento, ampliação e qualificação da infra-estrutura

logística, com ênfase nas atividades portuárias e aeroportuárias. Da mesma forma Vitória tem capacidade instalada para trilhar os caminhos do conhecimento de forma consistente, apoiada nas instituições presentes em seu território e que são geradoras de conhecimento e qualificação; mas também por meio da consolidação do Pólo de Software e da viabilização de um Parque Tecnológico na cidade. São possibilidades que vão ao encontro de uma cidade que já conta com infra-estrutura instalada adequada, com leis de incentivo, apoio e financiamento à ciência e tecnologia, à cultura e ao esporte além de projetos em franco desenvolvimento, como é o caso da educação em tempo integral.

1.1.1. Desafios para a cidade

Os desafios que se anunciam para a cidade não são pequenos. Adequação do porto e do aeroporto como bases importantes para manter a cidade em sintonia com a nova dinâmica econômica estadual, deslançada pela forte expansão das atividades petrolíferas e pelo alto potencial para a exploração e produção de óleo e gás. Além dos aspectos relacionados à logística, Vitória tem também o desafio de pensar permanentemente a dinâmica intra-urbana da cidade para, entre outras condições, garantir a fluidez do trânsito em suas ruas e avenidas e precaver-se em relação a atratividade que os municípios de Serra e Vila Velha começam a exercer sobre a população de classe média e de maior renda. Na parte seguinte, que trata dos cenários, são apresentados outros desafios, mas também oportunidades, para se pensar o futuro de Vitória.

1.2 — Violência e criminalidade no contexto da RMGV e da cidade de Vitória

Pesquisas realizadas em regiões metropolitanas brasileiras convergem ao assinalar a urbanização como uma variável poderosa para explicar o crescimento da criminalidade violenta em geral e o incremento das taxas de

homicídios em particular¹. Ao apurar as ocorrências de homicídios no Brasil entre 1997 a 2001, a SENASP evidenciou que regiões metropolitanas concentram 70% dos homicídios² e o grupo social mais intensamente atingido é formado por adolescentes e adultos jovens com idade entre 15 e 30 anos, do sexo masculino, com baixo grau de instrução e condição socioeconômica – em sua maioria negra ou parda, residente na periferia das cidades.

O direito à cidade pressupõe o exercício pleno e universal de todos os direitos humanos como direitos interdependentes e indivisíveis. O direito à segurança é compreendido como um direito fundamental de cidadania cuja garantia é condição primordial para assegurar à coletividade de cidadãos a liberdade do medo, de não sofrer danos à sua integridade física e patrimonial e de não ser subjugado pelo exercício arbitrário do poder ou pela imposição da força sem o direito.

O medo pode advir de diferentes fontes: falta de estabilidade no trabalho, constantes mudanças nas regras do jogo da vida, fragilidade nas parcerias, falta de reconhecimento social, ameaças de epidemias, possibilidade de ser excluído do mercado ou de perder vínculos afetivos, ameaças à segurança pessoal nas ruas das cidades.

Na RMGV a insegurança pública e o medo da violência destacam-se entre os temores mais amplamente compartilhados entre os moradores da Região. No Espírito Santo, e particularmente no conjunto de municípios que compõem a Região Metropolitana da Grande Vitória, os problemas relacionados à violência em geral e à criminalidade em particular se agravaram significativamente ao longo dos últimos 25 anos. As diferenças econômicas, políticas, de orçamento, de nível de desenvolvimento urbano e de desenvolvimento social e humano entre os municípios que integram essa Região não conseguem obscurecer o

¹ Cf. Cano e Santos (2001) e Beato (1998). São estudos que ressaltam a existência de uma correlação positiva entre urbanização e evolução das taxas de homicídio e o incremento de oportunidades de delitos criminais contra o patrimônio em áreas prósperas das cidades.

² Cf. dados da SENASP (2001) referentes às regiões metropolitanas de Brasília, Curitiba, Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte e Recife.

fato de que o fenômeno criminal se apresenta relativamente igual para todos. Conforme pode ser verificado nos quadros e tabelas a seguir, elaborados com base em dados estatísticos disponíveis.

Quadro 1 – Evolução dos homicídios na RMGV, nos outros municípios e no Estado do Espírito Santo (em números absolutos)

ANO	ESTADO	RMGV	OUTROS MUNIC.	ANO	ESTADO	RMGV	OUTROS MUNIC.
1979	255	97	158	1991	974	594	380
1980	305	116	189	1992	839	510	329
1981	354	160	194	1993	1102	745	357
1982	359	184	175	1994	1157	835	322
1983	368	172	196	1995	1156	821	335
1984	405	166	239	1996	1196	849	347
1985	465	221	235	1997	1425	1099	326
1986	486	192	294	1998	1725	1298	427
1987	535	255	280	1999	1541	1172	369
1988	679	348	331	2000	1435	1051	384
1989	846	518	328	2001	1596	1141	455
1990	898	532	366	2002	1773	1298	475

Fonte: IPES - 2002

Com base nos dados do Quadro 1 observa-se que a partir de 1988 a RMGV passa a concentrar o maior número de ocorrências de homicídios em relação aos demais municípios capixabas. Para todo o estado foram registrados 22.129 homicídios no período assinalado, sendo que deste total 14.373 ocorrências tiveram lugar na RMGV e se concentraram mais intensamente nos municípios de Serra, Cariacica, Vila Velha e Vitória.

A Tabela 3 mostra a taxa de homicídio no interior de cada município da Região, e por ela observa-se que em 2004 a taxa apurada para o conjunto da RMGV foi de 81,33/100 mil habitantes.

Tabela 3 – Taxa de homicídio por 100.000 hab. – RMGV - 1997/2004

Município	1997	2004
Cariacica	90,29	94,62
Fundão	76,69	55,37
Guarapari	41,48	54,85
Serra	127,54	111,83
Viana	81,77	99,37
Vila Velha	95,5	60,95
Vitória	87,79	61,71
Região Metropolitana	95,72	81,33

Fonte: DML/Polícia Civil/ES
Elaboração: IPES

Estudo realizado em 2002 para a Agenda Metropolitana verificou que o perfil das vítimas mais intensamente atingidas é de pessoas jovens, com idade igual ou inferior a 34 anos (72% das ocorrências) sendo a maioria da cor parda (49%), seguida das pessoas de cor brancas (23%), morenas (14%) e negras (11%). Outros estudos, sobretudo monográficos realizados por alunos da UFES sob a orientação de pelo menos um professor, tem confirmado esse perfil. Monitoramento realizado pelo SIGMOR/PMV sobre mortes por causa externas revela que um homem negro comparado a um homem branco corre um risco consideravelmente maior de morrer em decorrência de homicídio.

Os crimes não-letais contra a pessoa e os crimes contra o patrimônio também se mostram crescentes, de acordo com a mesma fonte. Os crimes não-letais — lesão corporal, ameaça, tentativa de homicídio, maus-tratos, rixa, atentado violento ao pudor, estupro, rapto, seqüestro, cárcere privado e corrupção de menores — apresentavam uma taxa de 421,24 ocorrências por cem mil habitantes em 1998, de 464,63/100 mil em 2000 e 502,52/100 mil em 2001. O total de ocorrências registradas em 2002 nos Os quatro municípios da Região com população superior a 250.000 habitantes apresentam o maior percentual do total de ocorrências e dentre os delitos que compõem esse indicador é crescente os crimes de lesões corporais e estupro.

Os chamados crimes violentos contra o patrimônio — furtos e roubos em geral e extorsão mediante seqüestro — estão mais representados na RMGV do que

nos demais municípios do estado e, entre os municípios da Região, esses crimes tem maior incidência nas cidades de Vitória e Vila Velha.

É útil mencionar que a criminalidade tem-se reforçado por meio de práticas que visam assegurar não apenas a rentabilidade nos negócios ilícitos, mas especialmente a inimizabilidade penal a seus membros mais destacados. Isto vale sobretudo quando temos em mira o assombroso tipo de presença que o crime organizado vem assumindo em nosso estado na medida inclusive em que ainda não está inteiramente descoberto os seus campos de prática, mas parece não restar dúvida de que é uma poderosa fonte de produção de medo e insegurança entre a população. Afinal, não se podem precisar quantos dos homicídios derivam de crimes de mando, ou quanto de armas contrabandeadas e drogas ilícitas entram no estado por meio da ação de redes criminosas. Não existem dados disponíveis que permitam apurar, para o conhecimento público, o grau de influência desse tipo de prática criminal sobre a dinâmica da criminalidade em geral e muito menos os impactos que produz junto aos sistemas de controle oficial do crime, considerando-se o seu potencial para avacalhá-lo.

As taxas persistentemente altas da criminalidade, particularmente dos homicídios e demais modalidades de crime, sugerem uma situação de inércia da ação estatal em face do problema. A criminalidade, parece não ter sua trajetória de crescimento revertida, apesar dos investimentos feitos nas policiais, na compra de equipamentos, em tecnologia da informação e, mais recentemente, da colaboração de alguns municípios da Região para o enfrentamento de fatores que alimentam os problemas com os quais se deparam essa área da ação estatal. Uma hipótese sombria é de que esta situação inercial se manterá se nada for feito para desancorar uma de suas fortes bases de apoio: a impunidade – que vem se beneficiando da baixa probabilidade de punição dos criminosos, da inconsistente eficiência dos procedimentos de persecução criminal e de certo nível de conluio entre os órgãos responsáveis pela lei e aqueles que a violam.

A imensa cifra da mortalidade juvenil é outro fator com forte presença no Espírito Santo, como de resto em todo Brasil. Não é desprezível o número de ocorrências letais que vitimam jovens na faixa etária de 15 a 24 anos. Pesquisa realizada pela UNESCO concluiu que o novo marco da mortalidade juvenil no Brasil, são os eventos violentados, ou seja, homicídio, acidentes de transporte e suicídio.

Representado 20,5% da população da RMGV os jovens com idade entre 15 a 24 anos tem sido o segmento mais intensamente atingido por morte em decorrência de causas externas (homicídio, acidente de trânsito e suicídio, afogamento) com destaque para a significativa participação dos homicídios no total de óbitos deste segmento populacional.

O estudo “Mortes Violentas de Jovens no Espírito Santo”, realizado pelo IPES em 2001, evidenciou que 72,9% do total de óbitos de jovens entre 15 a 24 anos de idade ocorrem na RMGV e que no Espírito Santo a taxa de óbito juvenil por homicídio é de 83,3 por cem mil habitantes sendo que esta taxa foi de 142 por cem mil jovens no ano de 2001 na RMGV.

A pesquisa “Mapa da violência no Brasil” conduzida por Waiselfisz (2006) destacou Recife e Vitória dentre as demais capitais brasileiras por suas elevadas taxas de violência letal, tanto quando se considera a população total quanto a população jovem. Nestas duas capitais a taxa da mortalidade juvenil foi de respectivamente 223,6 e 164,4 por grupo de 100 mil jovens.

Estudo similar realizado pelo IPES confirma a forte incidência da violência letal que atinge jovens residentes na RMGV. De acordo com os dados apurados, no ano de 2000 a proporção de jovens vítimas de homicídio em relação a população total foi de 85% no município de Cariacica; 66,6% em Vila Velha; 67,1% em Serra, 66,7% em Viana, 50% em Guarapari e 40,1% em Vitória³. O Quadro 1 mostra as principais causas e seus respectivos percentuais.

³ Cf. IPES (2002) – Mortes violentas de jovens no Espírito Santo: 1991-2000.

QUADRO2 – Causas da Mortalidade da população jovem (15 a 24 anos) na RMGV – em 2000

MUNICÍPIO DA RMGV	CAUSAS (em %)					
	Causas internas	Causas Externas	Homicídio	Acidente transporte	Suicido	Violência conjunta
CARIACICA	5,3	94,7	85,0	7,0	0,0	92,0
GUARAPARI	6,9	93,1	50,0	23,5	0,0	73,5
SERRA	14,4	85,6	67,1	16,5	0,0	83,5
VIANA	13,6	86,4	66,7	12,5	4,2	83,3
VILA VELHA	14,6	85,5	69,6	4,8	1,6	76,0
VITÓRIA	38,9	61,1	40,1	13,6	0,8	54,6
RMGV	21,8	78,2	59,9	12,3	0,7	72,9
DEMAIS MUNICÍPIOS	28,2	71,8	29,5	24,4	1,6	55,6
ESTADO	24,0	76,0	49,4	16,5	1,0	66,9

Fonte: IPES/IJSN-ES

A forte interdependência entre os municípios da região é fato. Porém, ao se lançar um olhar sobre as expressões da violência e da criminalidade percebe-se, com razoável nitidez, que este é um problema comum aos municípios da RMGV cujo enfrentamento exige esforços conjugados. Neste aspecto não há como deixar de admitir que, isoladamente, nenhum dos municípios da Região é capaz de estancar o flagelo da violência criminal.

Com base nos dados apresentados até aqui, pontuamos o que consideramos ser algumas fortes ameaças à cidadania e ao desenvolvimento humano na RMGV, sinalizando assim para fragilidades a que estão expostas as cidades da Região, especialmente as mais desenvolvidas e populosas.

- Na RMGV, o crime de homicídio prepondera sobre as demais causas de morte violenta e atinge predominantemente a população mais jovem na faixa etária de 15 a 34 anos. Do total de 226 homicídios ocorridos no

ano de 2006 em Vitória, pouco mais de 60% atingiram esse segmento. Esse resultado de maneira alguma contradiz a tendência nacional a respeito.

- Os crimes não-letais tiveram significativa participação no número de ocorrências criminais. Dentre os 10 tipos criminais que compõem essa categoria, três deles se sobressaem – lesão corporal, ameaça e tentativa de homicídio – e totalizam aproximadamente 90% do número de ocorrências desse tipo. Recomenda-se um esforço de compreensão dos dados relativos a violência não-letal que, indo além do enquadramento de tais eventos como tipos criminais, juridicamente tipificados, possa alcança-los também como expressões de conflito interpessoais em diferentes âmbitos da vida cotidiana (trânsito, família, lazer, etc.) e de confrontos e vinganças não relacionadas à dinâmica da criminalidade.
- As prefeituras municipais, mesmo quando fazem generosos repasses as polícias, sob a forma de compra de equipamentos (bicicletas, coletes, etc) ou na reforma ou manutenção predial de suas instalações, tem muito pouco, ou nenhum, conhecimento a respeito dos critérios que norteiam a ação policial. Por exemplo, a distribuição do contingente policial encarregado do policiamento ostensivo parece não responder a critérios claros, publicamente conhecidos e tecnicamente orientados para coibir tipos criminais cuja incidência se faz significativa em determinadas áreas geográficas.
- Outro fator que merece a atenção e precisa ser enfrentado para garantir chances de reversão do quadro de violência instalado na RMGV é a impunidade. O percentual de delitos registrados à polícia e que são efetivamente apurados é muito pequeno, e a estimativa é de que apenas 15% dos mandatos de prisão são cumpridos. A sensação de impunidade quando começa a se tornar clara, alimentada pela percepção do desestímulo à persecução penal, funciona como uma espécie de “autorizador” do comportamento transgressor e tende a abrir possibilidades para a corrupção. Em um contexto em que os órgãos responsáveis pela dissuasão, detecção e punição de infratores parecem

ter cada vez mais reduzida capacidade de identificação de autores de atos criminosos o crime prospera favorecido pela baixa capacidade persecutória e punitiva do Estado.

- Problematizar esses fatos, questionando-os, é importante para o administrador público municipal que é interpelado pela população da cidade sobre os motivos que leva a tanta violência e porque ela não para de crescer.

1.2.1 – A violência em Vitória

Aqui procurarmos destacar a incidência da violência em Vitória, não para demonstrar particularidades desse fenômeno na capital em relação aos demais municípios da região, mas sim no propósito de agregar informações que possam permitir uma melhor apreensão dos desafios impostos à cidade pela persistência da violência em seu interior.

A construção de um indicador de segurança ainda está em fase embrionária. O IPES vem fazendo um esforço nesse sentido e divulga em seu portal na internet os números da violência nos municípios capixabas tomando como indicadores as seguintes ocorrências: mortes violentas; homicídios; crimes não-letais e crimes contra o patrimônio. O indicador mortes violentas compreende a soma das ocorrências de homicídio, acidente de trânsito, atropelamento suicídio, afogamento e queda e os crimes não-letais contra a pessoa engloba as ocorrências em que não há vítimas fatais, mas danos físicos ou grave ameaça à pessoa.

Infelizmente o IPES ainda não desenvolveu mecanismo de sistematização, tratamento e apresentação dos dados da violência a partir de séries temporais de maneira a favorecer uma análise comparativa a respeito da evolução do fenômeno nas cidades capixabas e no estado como um todo. Ainda assim, nos valem das informações fornecidas para esboçar alguns comentários acerca dos números da violência em Vitória, buscando basicamente fazer um diálogo mais estreito com os dados, com as evidências que os números apresentam,

na tentativa de extrair algumas possibilidades explicativas e, sobretudo, de intervenção prática por parte da administração pública de Vitória visando reduzir a sua incidência. A seguir são apresentadas tabelas na seqüência dos indicadores eleitos pelo IPES.

Tabela 4 — **Mortes Violentas, segundo causas – 2006 – Vitória**

Causas	Número de Óbitos	Taxa por 100.000 hab
Homicídio	226	71,3
Queda	88	27,8
Acidente de trânsito	66	20,8
Atropelamento	50	15,8
Suicídio	20	6,3
Afogamento	12	3,8
TOTAL	462	145,7

Fonte dos dados: Polícia Civil/DMJ/ES

O indicador mortes violentas confirma que o homicídio prepondera sobre as demais causas, totalizando 226 ocorrências em Vitória em 2006 sendo que destas 146 vitimaram pessoas entre 15 e 34 anos de idade, majoritariamente do sexo masculino.

Entre as mortes violentas, chama a atenção o significativo número de ocorrências de atropelamento, acidente de trânsito e queda. A soma destas ocorrências indica que 204 pessoas morreram em consequência destas causas que são causas evitáveis de morte. Observa-se que no ano considerado, as ocorrências de óbito em decorrência de queda foram a segunda maior causa de morte na cidade. É válido supor que as mortes por queda ocorram tanto no espaço privado quanto no espaço público ou de trabalho e que estejam associadas à ausência, precariedade ou má-conservação de fatores de proteção ou segurança, tais como: falta de equipamento de segurança no trabalho, má-conservação de calçadas e passeio públicos, ausência da noção de perigo entre crianças, pisos escorregadios, etc.

O acidente de trânsito e o atropelamento ocorrem em vias públicas da cidade e são precipitados, via de regra, por fatores ligados ao comportamento do condutor do veículo (carros, bicicleta, motocicleta) ou do pedestre. No ano considerado, os acidentes de trânsito representaram a terceira causa de mortes que, somado a quarta causa, atropelamento, não deixa de representar um indício de que mortes evitáveis ocorrem com relativa intensidade. Este dado é significativo e reclama uma reflexão sobre a necessidade de se adequar o desenho urbano da cidade e as medidas de segurança de tráfego à finalidade de preservação da vida, para o que campanhas educativas também devem ser realizadas visando chamar a atenção pública e diminuir as taxas de mortalidade decorrentes de acidentes de transportes.

O monitoramento das mortes violentas por causas externas ocorridas em Vitória, que é realizado pela Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura de Vitória apresenta dados interessantes que mostram que a violência e a criminalidade não se distribuem uniformemente na cidade e tampouco não atingem indistintamente os seus moradores. De acordo com estes dados o risco de óbito por acidente de transporte terrestre em Vitória apresenta taxas maiores que a média do país e maior que a da região Sudeste. Observou também que os acidentes de transporte terrestre são mais freqüentes nas regiões de Vitória com melhor qualidade urbana e concentram-se mais ao sul da cidade: 35% das colisões de veículos foram na região Continental e 25% dos atropelamentos ocorreram na região Central.

Já a distribuição espacial das ocorrências de homicídios mostrou uma maior concentração ao norte da ilha de Vitória. Na região norte da cidade (RA III, IV e VII) concentrou o maior número de ocorrências de homicídios, e, juntas, a região de São Pedro e de Maruípe, responderam por 45% dessas ocorrências em 2006. A análise dos dados a partir de um recorte racial também ilustra a desigual vitimização pela violência. De acordo com a fonte citada um homem negro tem chance 3.7 (IC95%=2.5-5.5) maior a de um branco de morrer em decorrência de homicídio

Observou-se que quanto menor o Índice de Qualidade Urbana (IQU) maior é o número de ocorrências de homicídios. Quanto maior, mais elevado é o número de acidente de transporte terrestre. O SIGMOR, conclui que uma menor qualidade de vida urbana está associada com a maior ocorrência de homicídio. O corte racial também ilustra a desigual vitimização pela violência.

Tabela 5 — Homicídios por sexo, segundo faixa etária – 2006 – Vitória

Faixa etária	Masculino	Feminino	Total
7 a 14 anos	1		1
15 a 17 anos	15	4	19
18 a 24 anos	63	3	66
25 a 34 anos	58	3	61
35 a 44 anos	18	6	24
45 a 54 anos	15	1	16
55 a 64 anos	5		5
65 ou mais	1		1
Idade ignorada	29	4	33
TOTAL	205	21	226

Fonte: IPES/IJSN

Ao contrário dos acidentes de trânsito e de transportes em geral, a morte por homicídio não se distribui aleatoriamente. Sua incidência se particulariza e se concentra de acordo com o sexo, a idade, a raça, as condições socioeconômicas e a regiões/bairro de moradia da vítima. Consideradas estas variáveis o grupo mais intensamente atingido pela violência homicida é formado por adolescentes e adultos jovens do sexo masculino, pobres e negros, moradores das periferias das cidades. (Macedo, 2001).

Impressiona a evolução ascendente das taxas de homicídios entre a população juvenil. Em um estudo anterior pudemos avaliar essa evolução considerando o período 1980 a 2000. Observamos que a taxa de homicídios na faixa etária de 15 a 24 anos era de 16,2 em 1980, chegou a 46,6 em 1991, foi para 71,2 em

1996 e chegou a 82,3 em 2000. Estes são dados para o Estado como um todo cujas taxas foram calculadas por grupo de 100 mil habitantes desse mesmo grupo etário.

Observa-se que a taxa de mortes precoces de jovens por homicídio no cresceu vertiginosamente evidenciando uma tendência que se prenunciou em meados da década de 90. Até 1991 homens com idade superior a 25 anos formava o grupo populacional mais atingido.

Tabela 6 — Crimes não-letais contra a pessoa em Vitória – 2005

Tipos de Ocorrência	Número de Ocorrências	Taxa por 100.000 hab
Lesões corporais	675	215,4
Ameaça	483	154,2
Tentativa de Homicídio	238	76,0
Maus Tratos	33	10,5
Estupro	18	5,7
Atentado violento pudor	17	5,4
Rixa	16	5,1
Cárcere privado	15	4,8
Rapto	2	0,6
Corrupção de menores	2	0,6
TOTAL	1.499	487,4

Fonte: dados da Polícia Militar/ES

Os crimes não-letais amplificam o contexto da violência por sua alta incidência. Lesão corporal ameaça e tentativa de homicídio “pesam” esse indicador totalizando aproximadamente 90% das ocorrências. Conforme assinalado anteriormente, parte dos acontecimentos registrados nessa categoria pode estar relacionada a conflito interpessoais por motivos fúteis ou banais e, de forma especial, a violência doméstica e de gênero. Parte destas ocorrências

explicita traços culturais – machismo, sexismo, discriminação, etc. – comportamentais – autoritarismo, intransigência, intolerância e baixo senso de civilidade. Se esta é uma hipótese plausível, recomenda-se que a Secretaria de Segurança Urbana da PMV monitore estas ocorrências e pesquise em boletins policiais o contexto em que emergem e os motivos que as produzem, no interesse de subsidiar a elaboração de respostas antecipatórias e de direcionar e intensificar ações públicas já desenvolvidas pela PMV voltadas para a prevenção e mediação de conflitos e ampliação do acesso da população à juizados especiais.

Tabela 7 — Vitória – 2005 – Crimes violentos contra Patrimônio

Tipos de Ocorrência	Número de Ocorrências	Taxa por 100.000 hab
Roubo	716	228,5
Roubo em estab. comercial	416	132,8
Roubo de veículo		88,7
Roubo de residência		18,8
Roubo em coletivo		8,6
Extors. Mediante seqüestro		7,7
Extorsão		6,1
Roubo em estab. de ensino		2,2
Roubo de auto carga		1,6
Roubo em estab. financeiro		1,3
TOTAL	1.558	457,3

Fonte dos dados: Polícia Militar/ES

Tabela 8 — Vitória – 2005 – Crimes contra o Patrimônio

Tipos de Ocorrência	Número de Ocorrências	%
Furto de Veículo	831	34,0
Furto em estab. comercial	614	25,1
Furto em veículo	404	16,5
Furto em residência	302	12,4
Furto	265	10,8
Furto em estab. Ensino	18	0,7
Furto estab. financeiro	8	0,3
Furto em coletivo	2	0,1
TOTAL	2.444	100.00

Como é de conhecimento comum, crimes contra o patrimônio em geral são praticados com fins lucrativos e respondem a motivações de natureza econômica. Isto quer significar que delitos contra a propriedade estão associados a um contexto material de oportunidades e a debilidade ou ausência de mecanismos de controle e vigilância.

Estudos realizados por pesquisadores do Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (CRISP) da Universidade Federal de Minas Gerais, mostram a existência de um grau razoável de significância entre a decisão racional do delinqüente e a escolha de alvos viáveis e compensadores. Nesse sentido apontam também a existência de uma correlação positiva entre as áreas de grande comércio, em que supostamente o fluxo de bens e de capital é maior, e a atratividade que exercem sobre criminosos que racionalmente escolhem locais e alvos viáveis, baseados na oportunidade e no cálculo de custo e benefício.

1.2.2 – Pontuando situações de vulnerabilidade e risco

Se todo ato criminal é uma forma de violência, nem todas as formas de violência são interpretadas, percebidas, apreendidas ou aceitas como violação de direitos e da dignidade humana e muito menos como um ato que tem implicações penais. Na sociedade brasileira não são poucas as atitudes e práticas cujo caráter violento não é reconhecido ou admitido pelo agressor, pela própria vítima, pela sociedade e mesmo pelo sistema policial e de justiça.

A seguir apresenta-se uma exposição resumida dos resultados a que chegaram pesquisas realizadas em Vitória sobre questões presentes no cotidiano da cidade no propósito de chamar a atenção para alguns tipos de vulnerabilidade e/ou de vitimização indireta à violência, a que estão expostos jovens, idosos e motoboys. O ponto de convergência entre as três situações abaixo apresentadas talvez resida na situação desvantajosa em que se encontram os sujeitos pesquisados nas suas interações com os espaços da cidade.

SITUAÇÃO 1

Cotidiano e Tráfico de drogas

Expostos ao tema das drogas, adolescentes e jovens entrevistados pela Enquet relataram conviver cotidianamente com a violência e ter familiaridade com o “mundo das drogas”. Demonstram perceber o traficante como “verdadeiros protetores”, pois são eles que socorrem as necessidades e “dão ajuda pessoal aos moradores [...] através de empréstimos, realização de festas e ações comunitárias nos bairros” além de “ditarem normas sociais de conduta, que são cumpridas por todos, tal como a proibição do roubo na região”.

Ao fazerem a comparação entre o tratamento dispensado pelos traficantes aos moradores da região com o que é dispensado aos mesmos por parte da polícia, os adolescentes e jovens entrevistados se referem a “agressividade, ao despreparo, à violência e inoperância” da ação policial, além de sugerirem a

vinculação tácita “dos policiais com as “bocas”, mas ressalvam que nem todos os policiais são comprometidos com o tráfico.

“Tem alguns policiais que até prendem, mas tem muitos que só querem pegar dinheiro... os vagabundos já sabem quem são e ficam tranquilos... os policiais vão lá, pegam o dinheiro deles e vão embora sem prender ninguém”... (p. 16).

Os dados da pesquisa não permitem avaliar se os adolescentes e jovens aprovam a ação dos traficantes e como percebem e julgam a violência imposta pelo tráfico. Mas informa que no contexto de vivência dos entrevistados são muitos os comentários sobre a brevidade da vida entre aqueles “que se envolvem neste mundo e que não passam dos 18 anos. São mortos antes disso”.

Fonte: Enquet – contratada pela PMV para realizar Pesquisa Qualitativa junto a adolescentes e jovens moradores de uma determinada região da cidade com o objetivo de captar a percepção da juventude a respeito de questões do seu cotidiano.

SITUAÇÃO II

Perigo em trânsito

O espaço urbano vem sendo ocupado por um segmento numericamente crescente na cidade: os motoboys. Dificuldades de inserção no mercado de formal de trabalho, o desemprego e a necessidade premente de gerar renda para si e sua família, fazem desta atividade uma alternativa viável para muitos e uma opção interessante para aqueles que não tem qualificação profissional específica.

A grande maioria dos motoboys é do sexo masculino e, regra geral, não tem vínculo formal sendo a atividade remunerada por produtividade. Sendo assim, para vencer a barreira do tempo e aumentar sua produção e lucro:

“Os profissionais de duas rodas confessam sem cerimônia: ondulam entre carros, não respeitam sinal vermelho, placas de advertência, regras de trânsito, andam pela contramão e em cima de canteiros, e aproveitam qualquer espacinho que sobra entre os veículos (chamado por eles de corredor da morte) para passar espremidos, quase

arrancando retrovisores. E há quem os arranque de propósito, quando levam fechadas dos carros” (Carvalho, 2005; p.3)

Percebidos pela sociedade como imprudentes e abusados, os motoboys se sabem com uma inserção negativa no espaço urbano exercendo suas funções quase que na clandestinidade e de forma imperceptível, sobretudo no que concerne ao respeito e à garantia de direitos básicos.

Qualquer acidente que o motoboy venha a sofrer no exercício desta atividade e que *provoque lesão corporal, perturbação funcional ou doença que cause a morte ou perda ou redução permanente ou temporária da capacidade para o trabalho, não lhe dá acesso a benefícios previdenciários pela dificuldade em caracterizá-lo como um acidente decorrente de atividade de trabalho*. Tais ocorrências são registradas como acidente de transporte ou de trânsito, sem levar em consideração os elementos contextuais implicados no evento. Trabalhando sem registro em carteira de trabalho ou qualquer garantia trabalhista, os acidentes e óbitos de Motoboys não são notificados como acidente de trabalho.

Motoboys que se envolvem em acidente de trânsito tendem a ser vistos com reserva pelos contratadores desse serviço. Alvos constantes da ação policial, motoboys são frequentemente parados em blitz, multados e vistos como se fossem “marginais”.

Fonte: Relatório da pesquisa “A violência no trânsito: Um risco cotidiano no trabalho dos motoboys” – coordenada por Roseane Vargas Rohr, enfermeira do Trabalho e Mestre em Saúde Coletiva. 2006.

SITUAÇÃO III

O idoso e o profissional de saúde

Estimada em 28.032 pessoas, a população idosa residente em Vitória correspondendo a aproximadamente, 8,94% da população total do município. A pesquisa sobre “A violência contra o idoso e as estratégias de enfrentamento

da Secretaria Municipal de Saúde de Vitória” identificou as seguintes situações envolvendo o atendimento da pessoa idosa nas unidades de saúde de Vitória.

1. Lesões e traumas sofridos por idosos tendem a não ser alvos de contagem estatística e, não raro, deixam de ser notificados ou são subnotificados. Em Vitória inexistem formulário específico para o registro de maus-tratos contra idosos bem como orientação aos profissionais de saúde sobre como lidar e especificar esses casos.
2. Regra geral os idosos não relatam espontaneamente a vivência de maus-tratos, mas os profissionais quando questionados sobre os casos mais comuns se referem à violência intrafamiliar “caracterizada pela violência psicológica, financeira, seguido de negligência, abandono e violência física, respectivamente”. O procedimento mais utilizado pelos técnicos nessas situações é o encaminhamento do idoso para o serviço social, Ministério Público ou Conselho do Idoso.
3. Segundo as pesquisadoras, os profissionais de saúde alegam “falta de suporte no encaminhamento desse idoso, no caso da necessidade do afastamento deste do convívio familiar, pois, a maioria destes idosos vive sobre o mesmo teto do agressor e os profissionais não contam com recursos para intervir nessa situação. Além disso, os próprios profissionais temem pela sua segurança em função de represálias que podem sofrer por parte dos agressores”.
4. Segundo um dos depoimentos colhido pelas pesquisadoras junto a profissionais do setor existe pouca receptividade e muita resistência dos técnicos acerca da questão da violência nos serviços de saúde, o que “dificulta a construção e implementação de ações de prevenção, proteção e a assistência às vítimas de violência no âmbito da saúde”.
5. O relatório de pesquisa informa a existência de instrumento único de notificação “caracterizado por uma *Ficha de Notificação Compulsória de Violências contra a criança, adolescente, mulher e idoso*”, cuja utilização exige a capacitação de todos os profissionais da rede básica de saúde.

Fonte: Relatório final da pesquisa “A violência contra o idoso e as estratégias de enfrentamento da Secretaria Municipal de Saúde de Vitória” – autoras: Eliane Tozato Pereira, Ana Maria Monteiro Borlot e Cleonice Viana dos Santos Angeli

1.2.3 – Desafios para a cidade

O incremento da violência urbana desafia o ideal de construção da cidade como espaço comum. O medo de ser vítima de violência – física, psicológica ou patrimonial, principalmente – leva as pessoas a alimentarem desconfianças mútuas que, no limite, tendem a provocar um retraimento da capacidade cidadã. Por se sentir inseguro e com medo o morador muda hábitos e comportamentos na tentativa de melhor se proteger. A mudança de comportamento que a sensação de insegurança provoca se expressa na diminuição das interações entre vizinhança; no encolhimento das esferas de organização e mobilização popular no retraimento das atividades cooperativas e solidárias de organização social, na diminuição do senso de responsabilidade com a esfera pública da vida em sociedade⁴. E, como consequência, a sensação da insegurança civil se instala

O enfraquecimento do poder cidadão e do espírito público são desafios a serem enfrentados pelo administrador público que prima pela realização de uma importante diretriz do Estatuto da Cidade: a gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano.

Os fatores vinculados ao medo e à insegurança civil pública representam ainda uma grave ameaça para toda a cidade na medida em que engessa a capacidade de todos e de cada um de fazer avançar o pleno exercício da cidadania e dos direitos humanos, o direito à cidade e o de criar democraticamente alternativas coletivas de enfrentamento do flagelo da violência.

⁴ À frente, no item --- são apresentados alguns resultados de sondagem feita junto a moradores da cidade por meio da qual se procurou saber, dentre outras questões, sobre mudanças de hábitos e de atitudes em face da violência urbana.

Os efeitos ou conseqüências decorrentes de um contexto de violência persistente tendem a ser mais severos para os segmentos populacionais mais pobres ou residentes em áreas periféricas ou menos nobres da cidade, conforme mostram os dados monitorados da SEMUS/PMV. Nestas áreas residenciais se verificam o maior número de casos de homicídios e a menor taxa de detecção e esclarecimento por parte da polícia, se a vítima for um residente. Também são nelas que mais se verificam graves violações aos direitos do cidadão morador, praticadas por policiais.

Não é descabido registrar que as intervenções violentas da polícia nestas áreas gozam de popularidade por toda a cidade, na medida em que prevalece a impressão de que os abusos não são direcionados aos moradores ou à maioria pobre, mas sim aos criminosos, aos "anti-sociais". Assim sendo, o argumento de que os abusos contrariam o Estado de Direito não se sustentaria porque ideologicamente prevalece a dicotomia entre cidadãos de bem (ricos ou pobres) e criminosos, em que aqueles não se importariam com as violações em princípio voltadas aos últimos, embora de fato elas recaiam contra a maioria pobre (CHEVIGNY, 2000).

A criminalização da pobreza parece se desenvolver como uma espiral na sociedade brasileira como um todo. Historicamente as ações oficiais na área da segurança pública foram cunhadas tendo como marca uma acentuada preocupação com a violência e a criminalidade, real ou potencial, dos segmentos pobres: sempre considerados como parte da chamada "classe perigosa", sempre percebidos como problema para a manutenção da ordem pública (PINHEIRO, 1998). Na dias atuais, as estratégias de controle urbano das classes populares têm como marca a segregação dos pobres e excluídos, apoiando-se em recursos autoritários diversos que avalizam a violência policial, a despeito de qualquer direito e garantia constitucional.

A superação da criminalização da pobreza têm como dificultador a situação extremamente desvantajosa em termos econômicos e sociais desse amplo

segmento populacional e que repercute na ausência de empoderamento político e baixa ou nula capacidade dos pobres e excluídos para influenciar decisões político-institucionais, especialmente as que dizem respeito a política de segurança pública, e ainda, na nula ou baixa capacidade deste segmentos de interferir nos processos e práticas sociais que estigmatizam os pobres e reatualizam o lugar desse segmento na sociedade – como classe perigosa.

Mais uma vez, os desafios não são poucos e sequer pequenos na cidade de Vitória. Um deles se evidencia na ausência de policiamento democrático. Constata-se a existência de um relacionamento dual da polícia com a população da cidade: em áreas nobres e abastadas o padrão de policiamento consegue ser razoável e presente já nas áreas populares e com menor IQU o policiamento é precário e parece autorizado a fazer uso da violência sem o respaldo do direito. Esse desafio é grande e seu enfrentamento não isenta de responsabilização as instituições encarregadas da aplicação da lei e demais órgãos da institucionalidade jurídico política estatal em todos os níveis.

O mais sinistro e doloroso dos problemas contemporâneos, diz Bauman (2000) é a insegurança – a falta de certeza, de garantia. O problema, porém, é que a maioria das medidas empreendidas sob a bandeira da segurança são divisórias, semeiam a desconfiança mútua, separam as pessoas, “dispondo-as a farejar inimigos e conspiradores por trás de toda a discórdia e divergência [e] desgastam toda a energia que poderia ser utilizada de modo mais efetivo se canalizada para o esforço de trazer de volta o espaço público politicamente administrado” (BAUMAN, 2000:13).

III — QUE CIDADE É VITÓRIA

Vitória é uma cidade que além de bonita ocupa muito boa posição entre as cidades com melhor qualidade de vida no Brasil e elevado Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) nos três indicadores considerados: renda per capita, longevidade e educação.

Vitória, comparada às demais cidades da Região Metropolitana, apresenta as melhores taxas de matrícula, de frequência escolar e de alfabetização de adultos; a expectativa de vida da população é superior a 70 anos. Em Vitória, 58,6% das famílias residentes possuem renda superior a cinco salários mínimos e a renda per capita na capital, no ano de 2000, foi superior a dos demais municípios da Região e correspondia a R\$ 667, 67. O IDH de Vitória é o maior da RMGV e os indicadores de educação e renda contribuem fortemente para esse resultado.

O poder público municipal consolida uma gestão pública democrática submetendo-se ao controle social, inclusive ampliado a capacidade de intervenção e deliberação de doze entre os vinte conselhos municipais criados por lei.

A administração municipal de Vitória vem ampliando substancialmente os canais de interação do poder público com o cidadão, através da retomada do orçamento participativo, da criação de ouvidorias, da implementação de câmaras territoriais de políticas públicas e da impulsão a comunicação em rede, garantindo o acesso facilitado da população carente às novas tecnologias de comunicação e informação. Parece bastante evidente a preocupação da atual administração de promover a inclusão e proteção social à população que se encontra fora do mercado de trabalho e de bens e serviços, induzindo a geração de trabalho e renda e garantindo o acesso aos programas de transferência de renda.

Mas Vitória não é uma ilha da fantasia. Seus habitantes convivem com problemas acumulados ao longo de décadas cuja intensidade ainda é alta, a despeito de alguns esforços empreendidos para minimizá-los. Não abarcaremos os problemas de que se tem conhecimento e com os quais a cidade se debate. Interessa-nos tão somente evidenciar um: o da desigualdade de renda – na intenção de avaliar suas implicações sobre os direitos de cidadania e para a uma cidade que sonha crescer com justiça e beleza, como uma cidade civilizadora e educadora.

3.1 – Indicador de renda

Vale a pena repetir que em Vitória 58,6% das famílias residentes possuem renda superior a cinco salários mínimos. Nossa atenção aqui se volta para o percentual de 41,3% das famílias que se declaram sem rendimentos e aquelas que percebem de um a cinco salários mínimos mensais. A Tabela 1 ilustra as faixas de renda familiar na cidade.

Tabela 9 – Vitória – Famílias, segundo faixa de rendimento mensal familiar per capita 2000

Faixa de renda mensal familiar em salário mínimo	Número de famílias	%
Sem Rendimentos	3.014	3,3
Até 1 SM	5.028	5,5
Mais de 1 a 2 SM	8.712	9,6
Mais de 2 a 3 SM	8.077	8,9
Mais de 3 a 5 SM	12.715	14,0
Mais de 5 a 10 SM	17.880	19,7
Mais de 10 a 15 SM	9.663	10,7
Mais de 15 a 20 SM	7.099	7,8
Mais de 20 a 30 SM	7.335	8,1
Mais de 30 SM	11.182	12,3
Total	90.706	100

Fonte: IBGE. Microdados do Censo 2000, apud Nakatami – 2008 - Agenda Vitória.

Vale ressaltar a ausência de dados censitários mais atualizados, o que prejudica maior precisão dos dados apresentados, sobretudo considerando as possíveis alterações que sofreram em decorrência das políticas econômica e social

implementadas pelas esferas de governo, desde a apuração dos mesmos. Ainda assim subsidiaram os estudos para a elaboração do índice de qualidade urbana de Vitória, no qual nos apoiamos para tratar do indicador de renda em Vitória.

O Índice de Qualidade Urbana de Vitória (IQU)⁵ — ao desdobrar os dados de renda do Censo para verificar a sua evolução entre os residentes das regiões administrativas da cidade — permite que se lance um olhar sobre a renda média das famílias e sobre o perfil de renda dos habitantes por bairros e regiões administrativas da cidade. Sem esgotar as possibilidades de avaliação do tema procuraremos mostrar como está distribuída a renda entre a população de Vitória a partir da seguinte indagação: como as desigualdades de renda se apresentam e de que forma elas fragmentam a cidade e podem comprometer o respeito aos direitos humanos e o exercício da cidadania?

3.1.1 – Distribuição da renda por região administrativa

A renda se distribui desigualmente entre as regiões administrativas e, nestas, entre os bairros que a compõem. A cidade mostra-se fragmentada pela desigualdade de renda entre a população residente e pela desigual evolução da mesma entre as regiões administrativas. O índice de Qualidade Urbana (IQU) dos bairros de Vitória ao considerar o indicador do rendimento médio dos responsáveis pelo domicílio oferece um importante indicativo da distribuição de renda pelo qual é possível verificar as disparidades de renda entre os moradores da cidade e a evolução absoluta e percentual da renda entre as regiões administrativas. Com base no IQU destacamos três situações distintas relativas ao poder aquisitivo das famílias residentes.

i) Regressão da renda

Em alguns bairros da cidade a renda média dos responsáveis por domicílios particulares teve uma evolução negativa no período 1991-2000. Neste caso uma

⁵ O IQU é um indicador composto formado a partir dos seguintes indicadores simples: dimensão educacional, dimensão renda, dimensão ambiental e dimensão habitacional.

hipótese a ser investigada procura saber se estaria havendo perda do poder aquisitivo da população residente ou se este fator é indicativo da mobilidade dos estratos sociais com maior poder aquisitivo para outros bairros. A Tabela 2 agrupa o conjunto de bairros por região administrativa em que se verificou alteração regressiva da renda dos moradores.

Tabela 10 – Vitória – Evolução da renda média dos responsáveis por domicílios particulares permanentes por região e bairro: 1991 – 2000

Região Administrativa/ bairros		Renda média dos responsáveis (em salário mínimo)		Evolução absoluta	Evolução %
		1991	2000		
RA 1	Do Moscoso	5,38	3,43	-1,95	-36,25
	Piedade	3,52	1,53	-1,99	-56,53
	Fonte Grande	2,95	2,85	-0,1	-3,39
RA 2	Do Cabral	2,9	2,75	-0,15	-5,17
RA 4	São Benedito	1,66	1,46	-0,2	-12,05
RA 5	Praia do Suá	7,5	5,74	-1,76	-23,47
RA 6	Bela Vista	6,21	5,54	-0,67	-10,79
RA 7	Conquista	1,67	1,63	-0,04	-2,40

Fonte: PMV. Índice de qualidade urbana (IQU): bairros de Vitória – 1991e 2000. Vitória. 2004

Excluindo a Praia do Suá, os bairros atingidos pela involução da renda dos responsáveis por domicílio, regra geral, são áreas de ocupação desordenada, situadas nas encostas da cidade e que apresentam padrões de qualidade de vida abaixo dos vigentes na cidade formal. Em sua maioria estes bairros estão entre os mais antigos e tradicionais da ilha sendo que em alguns deles, como o da Piedade, por exemplo, existe interação cultural dos moradores do bairro com a cidade, através da escola de samba e outras formas de produção cultural.

Vinte e seis bairros apresentavam percentuais elevados de chefes de domicílio com renda de até 2 salários mínimos. São eles: Do Moscoso, Fonte Grande, Forte São João, Piedade, Do Cabral, Bela Vista, Estrelinha, Grande Vitória, Inhanguetá, Cruzamento, Gurigica, Jesus de Nazareth, Romão, Da Penha, Bonfim, São Benedito, Conduza, Conquista, Ilha das Caieiras, Nova Palestina, Redenção, Resistência, Santo André, Santos Reis, São José e São Pedro. Observa-se que 10 destes bairros são da Região administrativa VII – de São Pedro, e os demais pertencem às regiões I, II, III e IV.

ii) Estagnação da renda

Existe um conjunto significativo de bairros em que a renda dos responsáveis por domicílios particulares teve uma evolução absoluta igual ou inferior a 1% no período 1991-2000. Este fato foi verificado em 6 das 7 regiões administrativas consideradas na sondagem e se apresenta conforme Tabela 3.

Tabela 11 – Vitória – Evolução da renda média dos responsáveis por domicílios particulares permanentes por região e bairro: 1991 – 2000

Região Administrativa/ bairros		Renda média dos responsáveis (em salário mínimo)		Evolução absoluta	Evolução o %
		1991	2000		
RA 1	Vila Rubim	4,67	5	0,33	7,07
RA 2	Bela Vista	2,02	2,84	0,82	40,59
	Estrelinha	2,27	2,88	0,61	26,87
	Inhanguetá	2,15	3,06	0,91	42,33
	Mário Cypreste	2,87	3,34	0,47	16,38
RA 3	Cruzamento	2,53	3,48	0,95	37,55
	Gurigica	2,01	2,92	0,91	45,27
	Ilha Sant Maria	4,73	4,81	0,08	1,69
	Romão	2,36	2,98	0,62	26,27

RA 4	Andorinhas	2,35	3,1	0,75	31,91
	Da Penha	2,2	2,85	0,65	29,55
	Bonfim	2,62	3,09	0,47	17,94
	Santos Dumont	3,28	3,8	0,52	15,85
RA 6	Aeroporto	8,06	8,81	0,75	9,31
RA 7	Comdusa	1,86	2,36	0,5	26,88
	Ilha d Caieiras	2,09	2,54	0,45	21,53
	Nova Palestina	1,21	1,93	0,72	59,50
	Redenção	1,5	2,18	0,68	45,33
	Resistência	1,4	2,03	0,63	45,00
	Santo André	1,7	2,38	0,68	40,00
	Santos Reis	1,57	1,72	0,15	9,55
	São José	1,65	2,48	0,83	50,30
	São Pedro	1,89	2,94	1,05	55,56

Fonte: PMV. Índice de qualidade urbana (IQU): bairros de Vitória – 1991 e 2000. Vitória. 2004

Nota-se que a Região 7 – São Pedro – é a mais atingida pela estagnação da renda dos chefes de domicílio. Do total de 10 bairros que a compõem nove apresentaram um quadro de quase imobilidade da renda e um, o bairro de Conquista, se apresenta com alteração regressiva da renda. Portanto, nesta região a situação de renda se mostra preocupantemente desfavorável.

Seria bastante interessante à PMV atualizar e aprofundar a pesquisa de dados dessa natureza visando identificar os fatores implicados nas situações de regressão ou inércia da renda das famílias residentes nestas regiões e bairros da cidade. Tal feito pode servir para subsidiar políticas de enfrentamento da pobreza e além de ter ainda o mérito de aprofundar o conhecimento sobre fatores de vulnerabilidade entre os segmentos sociais mais atingidos pela desigualdade de renda na cidade.

iii) crescimento da renda

Os segmentos sociais que apresentaram crescimento da renda no período considerado estão localizados majoritariamente nas Regiões 5 e 6 da cidade – Praia do Canto e Continente, respectivamente. A tabela 12 destaca os bairros cuja renda dos responsáveis por domicílios particulares apresentou crescimento, com evolução absoluta superior a 4% no período considerado.

Tabela 12 – Vitória – Evolução da renda média dos responsáveis por domicílios particulares permanentes por região e bairro: 1991 – 2000

Região Administrativa/ bairros		Renda média dos responsáveis (em salário mínimo)		Evolução absoluta	Evolução %
		1991	2000		
RA 3	Bento Ferreira	11,55	16,68	5,13	44,42
	Fradinhos	8,62	14,32	5,70	66,13
RA 4	Santa Cecília	8,92	13,5	4,58	51,35
RA 5	Barro Vermelho	14,83	26,09	11,26	75,93
	Enseada do Suá	13,68	21,55	7,87	57,53
	Ilha Bela	21,3	38,09	16,79	78,83
	Ilha do Frade	25,07	64,3	39,23	156,48
	Praia do Canto	18,38	27,47	9,09	49,46
	Santa Helena	16,93	26,28	9,35	55,23
	Santa Lúcia	12,93	19,98	7,05	54,52
	Santa Luiza	8,33	13,32	4,99	59,90
RA 6	Antônio Honório	3,97	8,11	4,14	104,28
	República	5,66	9,77	4,11	72,61
	Jabour	7,94	13,54	5,6	70,53
	Jardim Camburi	7,91	12,46	4,55	57,52
	Jardim da Penha	10,58	16,63	6,05	57,18
	Mata da Praia	17,49	28,1	10,61	60,66
	Morad. Camburi	6,19	15,34	9,15	147,82

Fonte: PMV. Índice de qualidade urbana (IQU): bairros de Vitória – 1991 e 2000. Vitória. 2004

Os moradores dos bairros situados nas regiões V e VI apresentaram em média as maiores taxas de crescimento de renda dos responsáveis pelo domicílio. Estes bairros/áreas consolidam-se como as áreas mais ricas da cidade e seus moradores situam-se entre os de renda da cidade. Distanciam-se assim – áreas e moradores – dos indicadores que expressam a maior parte da cidade.

Os ricos ficaram mais ricos em Vitória. Para ilustrar: em Ilha do Frade e Morada de Camburi, o crescimento da renda dos chefes de domicílios alcançou a média de 156,5 e 104,1%, respectivamente no período considerado

A polaridade da renda dualiza a cidade, divide os seus moradores, cria estranhamentos e desconfianças e dificulta o bom desempenho de empreendimentos públicos centrados por objetivos de promoção do com-viver e na quebra de fronteiras para a sociabilidade cidadã.

É a diferença – de renda, educacional, de acesso as oportunidades, etc. - que faz com que Barro Vermelho, Enseada do Suá, Ilha do Frade, Ilha Bela, Praia do Canto, Santa Helena e Mata da Praia concentrem os moradores de maior nível de renda (acima de 20 salários mínimos) ao passo que a grande maioria dos moradores de Santos Reis, Nova Palestina, Conquista, São Benedito e Piedade detêm o menor nível de renda média da cidade (abaixo de 2 salários mínimos), conforme mostram o IQU da cidade.

.

3.2 — Desafios para a cidade

Ficou evidenciado que a desigualdade de renda – via de regra, intimamente associada a desigualdade social, de escolaridade e de acesso a bens e serviços, etc. – é um forte indicador de que os benefícios do crescimento econômico regional não atingiram igualmente a todos e que boa parcelas da população ainda está distante de de ser beneficiada pelo desenvolvimento econômico enquanto um meio para impulsionar o desenvolvimento das pessoas e para as pessoas.

A má distribuição de renda marca o espaço urbano de Vitória e oferece como paisagem a dicotomia da cidade que, sendo uma, na verdade encontra-se dividida pela segregação sócio-espacial imposta pela desigualdade social. Isto significa admitir a existência em uma mesma sociedade de dois universos sociais distintos, que quase não mantém vínculos entre si, que são dois universos situados em territórios geográficos específicos, dentro de uma mesma cidade e que parecem participar de dinâmicas produtivas díspares, mesmo que dentro de uma mesma região.

Nesse contexto, de uma sociedade dual, tem alguma plausibilidade a suposição acerca da probabilidade de se sobressair a lógica do “salve-se quem puder”. Sob o signo dessa lógica pode ser verificada a existência real de estratégias distintas de interação das pessoas com o espaço comum da cidade – a mendicância, o vandalismo, a violência, para se obter algo no plano imediato, o consumo e o tráfico de drogas ilícitas, a deslealdade em concorrências públicas e a apropriação indébita de recursos públicos, etc. O que unifica hoje a cidade: os sentimentos amplamente compartilhados de desconfiança, medo, insegurança e incerteza.

IV — A PARTE NO TODO: DIREITO À IGUALDADE E A DIFERENÇA

O protagonismo dos movimentos sociais tem garantido importantíssimas conquistas de direitos. Os movimentos feministas, movimento negro, o movimento pelos direitos das pessoas com deficiência, o movimento de Lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT), o movimento pelos direitos das crianças, dos adolescentes, dos idosos, etc. cumpriram e ainda cumprem um importante papel transformador de concepções sobre o sujeito abstrato e universal. Foram estes movimentos que trouxeram para a pauta política o debate sobre a historicidade e concretude do ser social, fazendo interpenetrar no humano-genérico a singularidade do sujeito singular e vice-versa, trazendo à luz o protagonismo político o reconhecimento social das demandas e a importância humana desses ‘novos sujeitos’.

Propondo reivindicação de espaços, reformulação de leis, igualdade de direitos ao lado do reconhecimento da diferença e da diversidade cultural, estes movimentos fizeram avançar o processo de construção do espaço público como espaço comum e estiveram na base da criação dos conselhos temáticos de direitos e de políticas sociais.

O registro das ações públicas voltadas à garantia dos direitos à igualdade na diferença é aqui realizado e basicamente consiste na apresentação das iniciativas municipais (do poder público e dos movimentos sociais) nessa área e na apresentação de novos desafios a serem enfrentados tendo por objetivo a consolidação e o avanço das políticas públicas setoriais

4.1 — Políticas para as mulheres

4.1.1 — Desafios vencidos

Um balanço geral da situação dos direitos das mulheres mostra significativos avanços. O poder público vem adotando políticas de gênero, incorporando as reivindicações históricas traçadas pelas lutas das mulheres. No âmbito federal

foi criada a Secretaria Especial das Mulheres e aprovado o Plano Nacional de Políticas de Gênero na I Conferência das mulheres em 2004. No âmbito da cidade de Vitória o planejamento estratégico do governo local deu prioridade às ações voltadas ao enfrentamento da violência contra a mulher e à promoção da cidadania feminina.

Nessa direção, lançou o Programa de Promoção da Igualdade Racial e de Gênero, elaborou projetos e carreou recursos visando dar efetividade a uma série de ações propostas pelo Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), estabelecendo para tal um acordo de cooperação com o governo federal através da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres (SNPM), em novembro de 2005.

No intuito de implementar políticas afirmativas de raça e gênero a PMV criou junto a Secretaria Municipal de Cidadania e Direitos Humanos (Semcid) a Gerencia de Gênero e incluiu o setorial de mulheres no OP municipal. Outras secretarias municipais são parceiras no propósito de ampliar a autonomia e o campo de possibilidades das mulheres, sobretudo as dos segmentos sociais mais empobrecidos e vulneráveis, visando ampliar a capacidade das mesmas de suprir suas necessidades sociais, econômicas, culturais e políticas. Entre as ações realizadas, destacamos.

- A Secretaria Municipal de Cidadania e Direitos Humanos criou o CAVVID – serviço de Atendimento às pessoas que sofrem agressões domésticas, de gênero, racial e por orientação social – e o mantém articulado a uma rede de proteção formada por conselhos de direitos e instituições públicas municipais e estaduais. Igualmente, articulou junto ao Tribunal de Justiça e outras instâncias de governo serviços especializados no intuito de munir-se de recursos para fazer o enfrentamento da violência contra a mulher. Inaugurada no dia 7 de julho a Vara Especializada em Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher já atendeu a mais dezenas de mulheres, vítimas de violência. Interessante observar que o município vem dando efetividade a Lei Maria da Penha que prevê não só a proteção à mulher agredida, mas

também a ressocialização do agressor. Nessa direção firmou convênio com a Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas (Vepema), e passou a assumir a tarefa de ressocializar o agressor, porém de uma forma inédita: através de um programa de conscientização e formação do réu em direitos humanos. Com estas ações a Semcid responde a uma das principais reivindicações apresentadas na I Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres, realizada em 2007.

- A política de Assistência Social da SEMAS/PMV realiza em todas as suas ações o recorte da política de renda, raça, etnia e gênero, atenta, sobretudo ao fenômeno da feminilização da pobreza em famílias chefiadas por mulheres. Através dos CRAS acolhe, informa sobre direitos, trabalha a auto-estima, estimula a sociabilidade e vida comunitária da mulher, buscando fortalecer a capacidade das mulheres para reivindicar e acessar direitos (bolsa família, Prouni, etc.) e para exercerem o controle social e a participação nas políticas públicas.
- Na poligonal 01 do Projeto Terra as mulheres representam aproximadamente 70% dos tomadores de créditos dentro da experiência do Banco Bem que trabalha com micro crédito. Em geral chefiam pequenos empreendimentos e empregam mulheres da comunidade.
- O protagonismo feminino tem-se destacado em diferentes ações da PMV: no programa Nosso Crédito, 83% dos empréstimos foram concedidos às mulheres, com inadimplência de apenas 1%. As mulheres estão em maior número nos cursos profissionalizantes e são delas pouco mais da metade das matrículas nos Telecentros. No projeto Arte na Praça, voltado para artesãos, 63% são mulheres;

4.1.2 — Novos desafios

Enfrentar a violência contra as mulheres requer não só uma percepção multidimensional do fenômeno como também a convicção de que para superá-lo é preciso investir no desenvolvimento de políticas que acelerem a redução das desigualdades entre homens e mulheres.

É inegável o avanço feito pelo poder público municipal em direção a promoção da cidadania das mulheres. Mas ainda estão longe de serem superadas as desigualdades entre os sexos e a sua expressão máxima: a violência contra as mulheres que se faz acompanhar do machismo culturalmente entranhado na sociedade que inferioriza e subalterniza a mulher e a condição do ser feminino.

O relatório da I Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres realizada em Vitória em maio de 2007, apontou a necessidade de ampliação de ações de enfrentamento à Violência contra mulheres. Ficou sugerido um investimento maior na prevenção, indicando as experiências locais e dos serviços da PMV como caminhos a serem mais explorados nesse sentido. Os participantes concluíram ainda pela criação ou aperfeiçoamento de mecanismos municipais que favoreçam a implementação de leis de proteção e, juntamente com a sociedade civil, a exigibilidade da execução das mesmas a fim de alcançar resultados mais concretos.

De fato, o flagelo da violência contra a mulher persiste e resiste às medidas adotadas para o seu enfrentamento. Segundo a Organização Mundial de Saúde (2005. apud. SEPPUR, 2007) uma em cada seis mulheres no mundo sofre violência doméstica praticada em 60% dos casos por maridos ou companheiros. O Centro de Atendimento às Vítimas de Violência e Discriminação (Cavvid) da PMV realizou em 15 meses de funcionamento — ou seja, desde o início de suas atividades, em agosto de 2006, até março de 2008 — um total de 2.924 atendimentos a munícipes em situação de violência doméstica, de gênero, de discriminação racial, por orientação sexual e outras violações de direitos humanos. Deste total, cerca de 750 mulheres entraram com processo na justiça por violência sofrida no ambiente doméstico.

44,5 % das mulheres acham que as leis brasileiras não protegem as mulheres contra a violência doméstica e 40,9% acham que protegem apenas em parte. 49,6% das mulheres entrevistadas acham que de forma geral a mulher não é tratada com respeito no Brasil sendo que para 38,3% destas é a sociedade a que mais desrespeita a mulher ficando a família em segundo lugar com 31.6% das menções. Estes são alguns resultados da pesquisa de opinião realizada

em fevereiro de 2007 pelo DataSenado junto a 797 mulheres maiores de 16 anos, em todas as capitais brasileiras.

O grande desafio é colocar em prática ações que promovam o empoderamento feminino, interfiram nos padrões machistas da sociedade, assegurem um atendimento qualificado e humanizado às mulheres em situação de violência e que garantam o acesso de todas as mulheres a seus direitos nas mais variadas dimensões da vida social e que resultem em mudanças de padrões culturais vigentes.

Para o enfrentamento desse desafio foi lançado, em agosto de 2007, o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres na abertura da II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. Esse enfrentamento requer a rejeição das diferentes expressões da violência contra as mulheres: o assédio moral, a violência psicológica, a lesbofobia, o racismo, a agressão física e sexual e da discriminação de gênero e por orientação sexual.

As possibilidades de intervenção do município nessa área da política pública certamente tendem a sofrer uma positiva ampliação, sustentadas nas diretrizes de ação constantes do Pacto Nacional. Fundamental se faz a criação de condições para se fazer o enfrentamento de desafiadoras questões que afetam o universo feminino, no qual é importante reconhecer a presença de lésbicas e bissexuais, direcionando programas, projetos e ações que contemplem esse segmento específico nas diferentes áreas da política pública.

4.2 — Políticas de Promoção da Igualdade Racial

4.2.1— Desafios vencidos

O Conselho Municipal do Negro foi reativado em 2007 no âmbito das ações da Secretaria Municipal de Cidadania e Direitos Humanos (Semcid). Tem por finalidade assessorar a PMV na política direcionada a população negra da cidade e propor a criação de mecanismos de gestão que assegurem a esse

segmento populacional o exercício pleno de sua participação e a integração do mesmo ao desenvolvimento econômico, social, político e cultural, visando a construção e fortalecimento de sua cidadania.

Para dar sustentação política e administrativa as ações municipais de afirmação da cidadania dos afro-descendentes, a Semcid criou a Gerência de Políticas de raça com as seguintes atribuições: garantir o fortalecimento e o efetivo funcionamento do Conegro; desenvolver esforços visando a reconstrução do Museu Capixaba do Negro, situado no centro da cidade; monitorar o tratamento dado pela mídia à população negra e aferir a maneira como a juventude negra é percebida e retratada pelos profissionais da mídia escrita. A política municipal de promoção da igualdade racial recebeu apoio das demais secretarias municipais e várias ações municipais voltaram-se para a promoção desse objetivo estratégico de governo entre as quais se destaca a criação em 2008 do Núcleo Municipal da Rede de Religiões Afro-Brasileiras e Saúde e que já integra Rede Nacional e que visa promover o respeito à diversidade étnica e religiosa. Anualmente o evento denominado “Pluricidade” dá visibilidade as ações da PMV na área da cidadania e direitos humanos, apresentando à cidade o conjunto de ações afirmativas abraçadas pelas secretarias municipais e que pretendem minimizar as desigualdades sociais.

4.2.2 — Novos desafios

A Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR), instituída pelo Governo Federal em 2003, prima pela afirmação do caráter pluriétnico da sociedade brasileira, pelo cumprimento da criminalização do racismo e estimula a realização de ações afirmativas pelas esferas de governo, propondo a transversalidade entre a questão racial e outros fatores de vulnerabilidade. É exatamente o cumprimento desta diretriz o maior desafio para o governo municipal de Vitória. Sabe-se que os negros têm maior dificuldade para compatibilizar estudo e trabalho, convivem mais intensamente com o desemprego, ocupam os postos de trabalho mais precários ou vulneráveis, com remuneração significativamente inferior, apresentam níveis de instrução inferior aos dos trabalhadores não-negros e, no caso das mulheres negras e

pardas esse quadro é ainda mais acentuado. É digno de nota também que o negro tem chance maior de morrer em decorrência de homicídio em relação a quaisquer outros grupos étnicos.

A Política Municipal de Promoção da Igualdade Racial precisa consolidar-se se referenciando no quadro de vulnerabilidades econômicas, sociais, culturais, materiais e imateriais que afetam os negros. Deve ser fortalecida enquanto uma política pública no âmbito municipal por meio da inserção da perspectiva da promoção da igualdade racial em todas as políticas governamentais, tais como, saúde, educação, desenvolvimento agrário, segurança alimentar, segurança urbana, trabalho, emprego e renda, direitos humanos, assistência social, dentre outras.

Dados do IBGE ilustram esse desafio ao registrarem que apesar dos avanços alcançados nos níveis de educação da população negra nos anos 90, as desigualdades raciais ainda são bem acentuadas, o que faz com que as taxas de analfabetismo ainda sejam duas vezes mais elevadas entre os pretos e pardos (da ordem de 20% para pretos/pardos e de 8,3% para os brancos). É entre este estrato racial que o analfabetismo funcional (pessoas com menos de 4 anos de estudo) é maior: em 1999, atingia 40% da população preta e parda na faixa etária de 15 anos ou mais, enquanto atingia 21% da população branca nesta mesma faixa etária. Os dados de amostragem à domicílio relevam que entre o número de famílias vivendo com até $\frac{1}{2}$ salário mínimo per capita era composto de 26,2% de famílias pretas, 30,4% de famílias pardas e de 12,7% de famílias brancas.

4.3 — Políticas públicas para LGBT

4.3.1 — Desafios vencidos

A I Conferência Estadual de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, realizada em 27 de abril de 2008 representou um marco na organização desse segmento social ao reunir um público relegado à

condenação moral da sociedade. A importância dessa Conferência também reside na oportunidade que se criou para problematizar a maneira como as políticas públicas tratam (ou ignoram) os LGBT e, nesse sentido, ofereceu-se como um momento impar para mapear as dificuldades que esse segmento encontra no campo da educação, saúde, cultura, segurança pública e trabalho, mas também para registrar avanços e colher as proposições dos participantes relacionadas a ações a serem empreendidas pelas três esferas de governo visando o respeito aos direitos humanos e o fortalecimento da cidadania LGBT.

A decisão política do governo federal de tratar a questão dos direitos humanos como uma política de Estado, tem permitido a elaboração e implementação de políticas públicas voltadas aos segmentos sociais mais vulneráveis à discriminação e ao preconceito como é o caso de negros, mulheres, homossexuais aos quais foi incorporado a juventude, na intencionalidade de ampliar as alternativas de inclusão sócio-cultural desse segmento etário.

Romper com o preconceito e a discriminação que historicamente submetem os LGBT a diversas formas de violência física, moral e homofóbica são uma tarefa imprescindível ao aperfeiçoamento da democracia e à promoção da justiça social em nosso país.

O Governo de Vitória, em 2005 aderiu ao programa “Brasil sem Homofobia” da Secretaria Nacional de Direitos humanos e soube conduzir as forças sociais progressistas da cidade que almejavam a afirmação da alteridade, o reconhecimento à diversidade sexual e a superação de obstáculos à vivência da identidade de gênero. Através da Semcid a PMV implantou Centro de Referência, o CAVVID, promoveu capacitação em direitos humanos com ênfase na desconstrução do preconceito e combate à homofobia, além de oferecer cursos profissionalizantes a fim de oportunizar e qualificar a inserção desse segmento no mercado de trabalho. Outras iniciativas relevantes foram apoiadas direcionadas a afirmação da cidadania LGBT além do permanente esforço de acolhida às reivindicações desse segmento ao lado de incentivos diversos visando a ampliar a aceitação social da sociedade a população LGBT,

dando visibilidade a sua presença e demandas específicas através, por exemplo, do incentivo as manifestações de orgulho gay.

4.3.2 — Novos desafios

Recentemente a Secretaria Especial dos Direitos Humanos promoveu um debate público por ocasião da Conferência Nacional LGBT. O objetivo central desse debate foi avaliar e propor estratégias para fortalecer o Programa Brasil sem Homofobia, dando centralidade ao debate sobre as diretrizes para a elaboração e implementação do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

Em Vitória a organização LGBT foi estimulada, resultando na criação de grupos e associações voltadas a luta pelo respeito à diversidade de orientação sexual e de identidade de gênero.

Portanto, novos horizontes de trabalho se apresentam para o governo local e o desafiam a consolidar o caminho já feito até aqui, aprofundando a esfera de intervenção municipal em direção a criação de condições políticas, sociais e culturais de respeito, garantia e promoção dos direitos humanos e de cidadania de LGBT em todas as políticas públicas.

É preciso avançar. No plano político é preciso aprofundar e disseminar uma compreensão esclarecida do tema diante, inclusive, da persistência de práticas sociais e institucionais que estigmatizam, criminalizam e marginalizam as pessoas por motivos de sexo, orientação sexual e/ou identidade de gênero. Uma cidade democrática, educadora e civilizadora é uma cidade comprometida com o aprofundamento da democracia e com a efetividade prática do Estado democrático de direito. Desse compromisso decorre a tarefa de promover a união entre o poder público municipal e a sociedade em torno da luta contra o rebaixamento moral de LGBT, que sustenta a homofobia e classifica e criminaliza como desvio moral de conduta, anomalia social e de atentado violento ao pudor as práticas homoeróticas. No contexto das políticas públicas a ação do poder público não deve negligenciar o direito sexual como direito

humano e fazer perpassar entre os setores da administração pública o objetivo de promoção da cidadania da população LGBT como um objetivo comum de governo.

Portanto, um dos desafios para a construção de Vitória como uma cidade educadora e protetora da vida é promover o equilíbrio e a harmonia entre as expressões das formas de ser e de estar do indivíduo no mundo através do respeito a diversidade cultural, de orientação sexual ou de identidade de gênero. Fazer com que todos se sintam reconhecidos e respeitados em suas diferenças é um desafio permanente para os gestores públicos sensíveis a alteridade e dispostos a efetivamente promover a inclusão social, com a erradicação do preconceito, do estigma e das práticas que inferiorizam a condição do ser social.

4.4 — Políticas para a juventude

4.4.1 — Desafios vencidos

É útil repetir aqui três informações anteriormente apresentadas na parte que focou a questão da violência/criminalidade na RMGV. Primeira informação: 20,5% da população total da RMGV compõem-se de jovens com idade entre 15 a 24 anos. Segunda: em 2000 a proporção de jovens vítimas de homicídio em relação a população total foi de 85% no município de Cariacica; 66,6% em Vila Velha; 67,1% em Serra, 66,7% em Viana, 50% em Guarapari e 40,1% em Vitória⁶. Terceira informação: o Espírito Santo aparece no estudo da Unesco (2000) como detentor da terceira posição no ranking nacional de mortes violentas de jovens entre 15 a 24 anos e Vitória, entre as capitais brasileiras, ocupa a segunda posição, antecedida no mesmo ranking por Recife.

Da mesma forma é importante ressaltar que, de maneira semelhante ao quadro que se apresenta para o contexto nacional, também em Vitória é na faixa etária de 15 a 24 anos que se encontra a parte da população da cidade mais atingida por diferentes fatores de riscos sociais, dentre o quais citamos: o de abandonar

⁶ Cf. IPES (2002) – Mortes violentas de jovens no Espírito Santo: 1991-2000.

a escola ou ter escolaridade defasada; o de não possuir qualificação profissional ou de ter dificuldade de acesso as oportunidades de formação profissional; o de não ter ou de não permanecer no emprego e, de forma especial, o risco de morrer prematuramente vítima de homicídio e o risco de envolvimento com drogas e com a criminalidade.

Regina Novaes, Subsecretária Nacional de Juventude, em pequeno artigo publicado no portal da Secretaria-Geral da Presidência da República sintetiza essa realidade, apontando assim a primeira e principal razão que levou o governo brasileiro a criar espaços institucionais para a juventude. Diz ela que as "políticas públicas de juventude" entraram na agenda pública mundial e da América Latina por motivos emergenciais: os jovens são os mais atingidos pelas transformações no mundo do trabalho e pelas distintas formas de violência física e simbólica que caracterizam o século XXI.

Em 2004 o governo federal criou o Grupo Interministerial da Juventude, coordenado pela Secretaria-Geral da Presidência da República dando claros sinais de que buscava e queria articular respostas para problemas que afligiam a juventude, especialmente a mais pobre. Passo seguinte estabeleceu uma espécie canal de interlocução, uma referencia da população jovem no Governo Federal através da criação da Secretaria Nacional de juventude a qual cabe o papel de integrar programas e ações do governo federal com impactos sobre esse segmento etário. Também foi do governo Federal a iniciativa de lançar um Programa Nacional de Inclusão de Jovens – o ProJovem – com a finalidade de atender o público jovem de 18 a 24 anos de idade que não concluíram o ensino fundamental e que não tem emprego com garantias trabalhistas.

Em Vitória a administração municipal acompanhou os passos do governo federal e criou, vinculada a secretaria de articulação política, a Gerência de Juventude a fim de fornecer uma referência institucional para o acolhimento e a interlocução com a sociedade e o movimento da juventude.

As secretarias de Assistência Social, Cultura, esporte e educação destacam-se em número de iniciativas de inclusão da juventude em ações diversas voltadas a criação de oportunidades sociais, de trabalho e renda, de lazer e

prática desportiva, de desenvolvimento de habilidades musicais, artísticas, de inclusão digital, entre outras. Te sido significativo portanto o volume de programas e ações voltadas para juventude, embalados, entre outros objetivos, pelo compromisso de abrir perspectivas de vida para jovens que vivem nos bairros mais pobres, contribuindo para o enfrentamento dos fatores de vulnerabilidade ao assédio criminoso.

Agente Jovem, Juventude Cidadã, Projovem, Grupo Odomodê de valorização da cultura negra, cinekbça, OP da juventude, escolinha de esporte, academias populares, circuito cultural, escola aberta, comitês da paz, qualificação profissional são algumas das ações municipais realizadas por diferentes secretarias. Juntamente com o Centro de Referência da Juventude (CRJ), estas ações já compõem um campo de possibilidades para o empoderamento, reconhecimento, ampliação da auto-estima e fortalecimento de sentimentos de pertença por parte da juventude.

4.4.2 — Novos desafios

O governo federal, acompanhado pelos demais níveis de governo, abraçou o desafio de propor mecanismos administrativos de acompanhamento de políticas de juventude; lançou um programa de inclusão da juventude e, ainda, tem estimulado e injetado recursos para o desenvolvimento de múltiplas ações direcionadas a juventude nos âmbitos municipal, estadual e de ações metropolitanas consorciadas. Apesar do ineditismo de todas estas medidas, o governo federal e demais instâncias de poder carecem ainda da possibilidade de fazer “um encontro” político, afetivo e cultural com o que pensa e querem os jovens. Talvez parte desse desencontro resida na maneira de encará-los: como beneficiários de projetos e programas direcionados aos jovens.

Verificam-se importantes avanços no campo da educação (com a ampliação de oportunidades de escolarização), do trabalho (com a ampliação gratuita de formação profissional), da saúde (com a prevenção a doenças e da gravidez precoce), do esporte (com a valorização e patrocínio de atletas mirins e juvenis). Talvez tenha chegado a hora de dar mais alguns passos que

consolidem a entrada em cena das juventudes mas que sobretudo as fortaleça como agentes estratégicos de sua própria construção como sujeitos sociais e como protagonistas de políticas que garantam o acesso democrático dos(as) jovens brasileiros(as) a seus direitos, contribuindo para criação de uma cultura de maior participação e democracia.

Outro desafio é o de criar mecanismos de escuta, os mais amplos e diversificados possíveis, por meio dos quais se possam ouvir os jovens que não estão participando diretamente das inúmeras ações que beneficiam a juventude.

Igualmente, é fundamental dialogar com a sociedade, especialmente com os segmentos organizados da juventude, com a finalidade de acercar-se da singularidade da questão das juventudes e poder respondê-la com políticas específicas, diferenciadas que respeitem a multiplicidade de interesses e a diferencialidade das identidades culturais e das “tribos” juvenis.

O desafio agora é de enfatizar a singularidade da experiência social dos jovens na cidade, com suas vulnerabilidades, potencialidades e desejos mutantes.

3. Manifestações coletivas, valores e referenciais de sociabilidade e convívio no espaço público

“A cidade é o território onde se explicitam os sonhos mais generosos e também os pesadelos mais tenebrosos da sociedade contemporânea”

Eliézer Albuquerque Tavares (2007)

Esta parte do diagnóstico foi estruturada no propósito de trazer para a reflexão as manifestações coletivas do protesto e do descontentamento popular no espaço público e os conflitos urbanos⁷ na cidade de Vitória. É uma tentativa de apreender as diferentes formas com que segmentos sociais e grupos da população interagem e se relacionam com a cidade e com as políticas governamentais. Visa pontuar a frequência do comparecimento de reivindicações coletivas no cotidiano da cidade, alterando a sua rotina, bem como as possibilidades e os desafios que se apresentam para a gestão democrática do espaço comum da cidade.

3.1 — Manifestações coletivas

Elegemos como fonte de informações as manifestações populares noticiadas pela imprensa procedendo a um levantamento a base de dados on-line dos jornais impressos, mas constatamos que somente o jornal A Tribuna oferece esse recurso. Foram encontradas 55 reportagens, o que sinaliza uma média anual de aproximadamente 11 manifestações populares em Vitória..

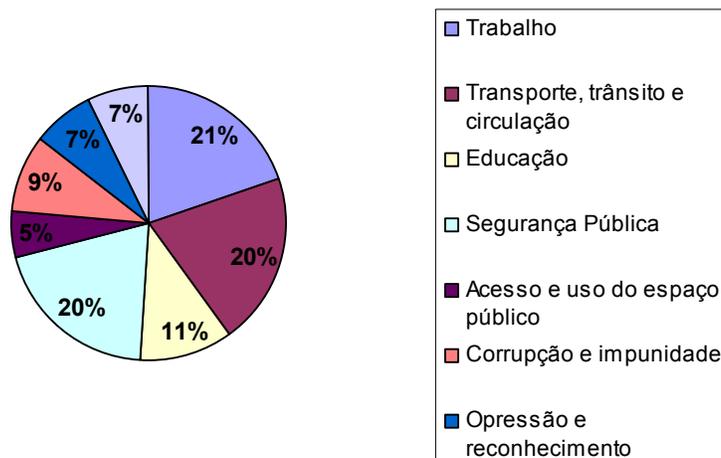
O levantamento feito para esse trabalho, embora restrito, permite destacar algumas características das manifestações coletivas e conflitos urbanos relativas ao objeto do conflito, ao coletivo mobilizado e instituição reclamada. A seguir os resultados encontrados.

⁷ Por conflito urbano entende-se todo e qualquer confronto ou litígio relativo à infra-estrutura, serviços ou condições de vida urbanas que, envolvendo um coletivo de pessoas, se manifesta no espaço público da cidade. São, portanto, manifestações coletivas que tenham a cidade como espaço e objeto de suas reivindicações.

3.1.1 — Objeto do Conflito

Trabalho, transporte e segurança pública. Estas três áreas polarizaram a maioria das manifestações ocorridas na cidade e se constituíram como principais objetos do conflito urbano e, conseqüentemente, de manifestações públicas.

Gráfico 1: Objeto do conflito



As questões relacionadas ao mundo do trabalho resultaram nas mais expressivas mobilizações e congregaram trabalhadores inseridos no mercado formal de trabalho reivindicando melhorias nas condições de trabalho, aumento salarial e benefícios trabalhistas, conforme síntese de algumas reportagens:

A Tribuna 21/02/06 - Professores de Vitória mantêm greve: Os professores da rede municipal de Vitória decidiram ontem que vão manter a greve das escolas públicas da capital. Cerca de 55 mil alunos estão sem aula. Em assembléia, a categoria decidiu não aceitar o reajuste de 8% oferecido pela prefeitura. Após a assembléia realizada no Centro Sindical dos Bancários, mais de mil professores saíram em passeata pela Avenida Vitória, em direção PMV. Puxados por um trio elétrico, com apitos e faixas, eles ocuparam uma das pistas da avenida e complicaram o trânsito.

A Tribuna 28/04/06 - Garis da Grande Vitória ameaçam parar no dia 16: Os garis que prestam serviços para a PMV ameaçam parar. A categoria reivindica reajuste salarial e auxílio alimentação. Cerca de 500 trabalhadores se reuniram na Praça Getúlio Vargas e seguiram em passeata até a Prefeitura de Vitória.

A Tribuna, 21/09/05 – Motoboy protesta e ameaça fazer greve – Motoboys ameaçam interromper a entrega de remédios, malotes entre outros serviços.

A categoria reivindica aumento do piso salarial. A manifestação contou com cerca de 400 motoboys que fecharam as pistas de acesso para a segunda ponte e a ponte Florentino Ávidos.

A Tribuna, 20/10/06 – Tumulto na greve do Banestes – O 10º dia do movimento grevista dos bancários do Banestes foi marcado por pancadaria no Centro. Pela manhã cerca de 250 grevistas se concentraram em frente ao Edf. Pallas Center para um protesto por melhores condições de trabalho e se depararam com 45 homens da PM.

A Tribuna, 26/12/06 – Professores fazem protesto por reajuste – Cerca de 700 professores realizaram manifestação no Centro de Vitória contra a política de abono do Governo do Estado. Os professores exigem a reposição de perdas salariais.

A Tribuna, 26/05/07 – Novo protesto de motoboys - Cerca de 500 motoboys protestaram por quase 4 horas, contra o valor do IPVA e a implantação da resolução 219 do COTRAN. Eles fecharam a segunda ponte. O Congestionamento chegou à quase 5 km na Capital

Ex-empregados da COFAVI protestam – Mais de 200 trabalhadores da falida Companhia Ferro e Aço de Vitória realizaram um protesto em frente ao Palácio Anchieta. Os ex-funcionários reivindicam o pagamento da segunda parcela dos direitos trabalhistas.

Outra expressiva frente de conflito está relacionada ao transporte, trânsito e circulação. Nesta área ganhou destaque a reivindicação e as manifestações que a acompanharam em favor da redução no valor da passagem do transporte público urbano, considerada abusiva pela população, e também os protestos de “perueiro”, segmento de trabalhadores que entra na cena pública reivindicando a legalização do transporte alternativo.

A Tribuna 22/07/05 - Palácio do governo invadido: Depois de fechar ruas e avenida e invadir ônibus, estudantes ocuparam a sede do governo do Estado, no Palácio da Fonte Grande, em protesto contra o aumento da tarifa de ônibus.

A Tribuna 27/10/05 - Estudante invade ônibus e para Avenida: Com gritos de protesto e indignação, estudantes realizaram manifestação em Vitória pela implantação do passe livre. Os estudantes pararam o trânsito e colocaram fogo em roletas feitas de madeira e papel.

A Tribuna 02/08/06 - Perueiros protestam com dia de carreatas: Perueiros ligados a Cooperativa de Transporte Alternativo do ES (COOPTAES) fizeram carreata na Grande Vitória, reivindicando a legalização do transporte alternativo. A carreata deixou o trânsito lento em Vitória.

As manifestações públicas de descontentamento popular que evidenciam questões relacionadas à segurança pública, regra geral, chamam a atenção

para a escalada de violência na cidade, a impunidade e denunciam e protestam contra a falta de segurança.

A Tribuna 20/09/05 - Crianças param rodovia em protesto por morte menino: Dezenas de crianças com cartazes, pedem por justiça. Pararam a Serafim Derenze na região de São Pedro, em protesto contra a morte do menino Rafael dos Santos executado com um tiro na cabeça.

A Tribuna 07/02/07 - Comerciantes fazem protesto: Donos de lojas da Praia do Canto fazem protesto para pedir mais segurança.

Protesto contra a violência no Centro / Estudantes protestam contra assaltos constantes nas proximidades do Palácio Anchieta. Eles pedem mais segurança ao sair da faculdade

A Tribuna 17/07/07 – Caixão em protesto contra a impunidade – Pessoas vestidas de preto e com caras pintadas de branco e máscaras, carregando um caixão, protestam contra a corrupção e impunidade. Caminhando pelas ruas da Praia do Canto e Santa Lúcia, eles distribuíam panfletos com a mensagem “Revolte-se, você ainda não está morto!”.

Questões relacionadas à educação também ganharam a cena pública e as reportagens a respeito sinalizaram o descontentamento contra atitudes administrativas e políticas, por exemplo:

A Tribuna 10/02/06 - Estudantes fecham a Fernando Ferrari: Em protesto pelo afastamento do diretor da escola estadual Arnulph Matos, alunos fecharam as faixas da Avenida Fernando Ferrari, deixando o trânsito congestionado.

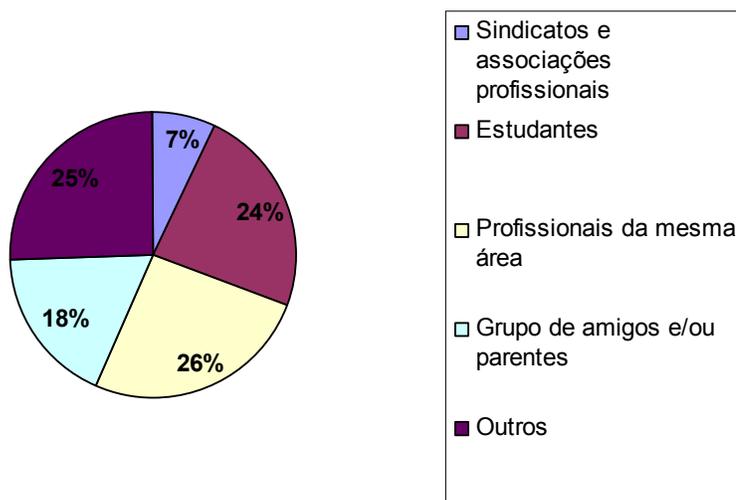
Liminar garante vaga para aluna e causa protesto – Uma manifestação de alunos do Curso de Medicina da EMSCAM, na Reta da Penha, em Vitória acabou em confusão. Cerca de 50 alunos levaram tambores e apitos e outros para protestar contra a transferência de uma aluna que não passou pelo vestibular.

Um fato que nos despertou à atenção foi a não publicação na mídia de manifestações expressivas, relacionadas às mulheres, homossexuais e negros, como por exemplo, as Paradas Gays, as Marchas de Mulheres e as Marchas Zumbi+10, realizadas anualmente pelos movimentos sociais na capital do Estado. Resta-nos destacar, que muitas vezes há conflitos ou manifestações em defesa dos direitos humanos ou pelo reconhecimento de expressões da cidadania que são silenciados pelos meios de comunicação de massa, seja por serem considerados pouco relevantes, ou por dizerem respeito a segmentos sociais que normalmente não obtém atenção da imprensa.

3.1.2 — Coletivo Mobilizado

Os coletivos mobilizados nos conflitos em Vitória foram principalmente de profissionais da mesma área como professores, perueiros e motoboys, seguidos de estudantes da rede pública de ensino, da Universidade Federal e Escola Técnica Federal.

Gráfico 2: Coletivo mobilizado



Embora o número de mobilizações realizadas por profissionais represente a maior parte, observamos a escassa participação dos sindicatos nesses processos. Observamos também a baixa participação das associações de moradores do município nas mobilizações em torno de questões relacionadas aos bairros e regiões, como por exemplo, em protestos contra a violência e a falta de segurança pública.

Em Outros, foram agrupadas manifestações populares espontâneas ou que reuniram pessoas com afinidades e interesses comuns.

A Tribuna – 05/07/05 – Passageiros revoltados – Irritados com a demora do ônibus, mais de 100 pessoas fecharam o trânsito no Centro. Cansados de esperar os ônibus que passavam superlotados e não paravam nos pontos, passageiros interromperam o tráfego na Avenida Florentino Ávidos.

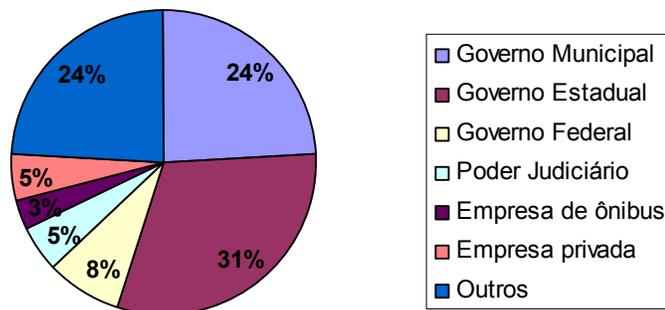
A Tribuna – 01/08/06 – Capixabas fazem protesto – Descendentes, amigos e familiares de libaneses se reuniram ontem em frente a ALES, para protestar contra os ataques que duram quase três semanas no Líbano. Aproximadamente 50 pessoas participaram do protesto. O ato foi encerrado na Catedral de Vitória, onde foi realizado um ato ecumênico em homenagem aos brasileiros e libaneses mortos.

A Tribuna, 20/10/06 – Morador da Cidade Alta protesta – Inconformado com a cobrança da tarifa de estacionamento rotativo na Cidade Alta, moradores da Rua Dionísio Rosendo, fizeram um protesto exigindo a isenção do pagamento para os habitantes.

3.1.3 — Instituição reclamada

Os principais alvos das reivindicações são os Governos Estadual e Municipal. Isso está relacionado com os mais destacados objetos dos conflitos, trabalho, transporte e segurança pública, que em sua maioria estão sob responsabilidade do executivo estadual e municipal.

Gráfico 3: Instituição reclamada



Vitória, por ser a capital do Estado, conta com toda a rede de serviços públicos e privados. Isso atrai para a cidade grandes investimentos e também os diversos conflitos que giram em torno da prestação desses serviços. Resulta daí que algumas manifestações de descontentamento popular se dão no

território da cidade embora visem chamar a atenção para o que se passa em outros municípios ou esferas de governo. Seguem abaixo dois exemplos:

A Tribuna 29/06/06 - Protesto tumultua o trânsito no Centro: Estudantes da Escola Adolfina Zamprogno, em Vila Velha, fizeram protesto na Avenida Jerônimo Monteiro, no Centro. Eles reivindicam entre outros pontos, a regulamentação do Programa EJA (Educação de jovens e adultos). Durante o protesto, estudantes impediram a passagem dos veículos e o trânsito ficou congestionado.

A Tribuna 28/06/07 - Pescadores fazem protesto: Pescadores do sul do Estado ocuparam ontem o prédio do IBAMA, na Avenida Beira Mar, em protesto contra a proibição do uso de redes na pesca de lagosta. A Polícia Federal foi chamada para controlar a manifestação.

3.1.4 — Desafios para a cidade

Necessário se faz ampliar a série temporal da observação de maneira a permitir a identificação de tendências e o aprofundamento da análise, o que não foi possível nos limites desse trabalho. Todavia, é possível destacar e sugerir o seguinte:

Vitória tradicionalmente acolhe a diversidade de manifestação dos cidadãos, sejam estes moradores ou não da cidade. Isto implica em reconhecer que o espaço físico da cidade é um território político, que tem recepcionado as manifestações de organizações políticas e sociais que buscam dar visibilidade a seus anseios e reivindicações. A relativa intensidade com que ocorrem manifestações coletivas em Vitória tem distinguido a cidade e tem dado a ela uma particular característica ou singularidade, cuja positividade talvez precise ser melhor compreendida para ser aceita. Trata-se da encampação pela cidade do protesto e da manifestação do descontentamento do cidadão, mesmo que não residente, o que a confirma como um espaço público democrático, acolhedor do dissenso, da luta por reconhecimento de direitos, da livre manifestação e expressão da pluralidade de interesses dos mais diversos segmentos sociais.

Talvez esteja aí uma forte credencial para uma cidade que sonha em ser civilizadora e educadora. Afinal, manifestações e protestos públicos são formas de expressão do agir, reagir e interagir dos cidadãos com a dinâmica da cidade e suas funções e, porque não, com as desigualdades sociais e urbanas que desejam superar.

A cidade precisa se preparar para os conflitos e manifestações, não como uma ameaça que deve ser reprimida e eliminada, mas, ao contrário disso, por meio de formas que alarguem o espírito público e os valores democráticos e de convivência pacífica e civilizada. Os eventos coletivos que utilizam o espaço público de Vitória – sejam eles de cunho político, social, religioso, cultural devem receber o reconhecimento de sua relevância e legitimidade enquanto formas de manifestação e expressão do cidadão e de seus direitos. Afinal, é no agir em concerto na arena pública que o indivíduo se faz cidadão ou cidadã e se confirma como uma pessoa capaz de construir uma cidade mais humana e justa.

“Não temos por que lamentar a existência desses conflitos; antes, ao contrário, devemos saudá-los, pois uma cidade sem conflitos é uma cidade sem vida, cujos (as) cidadãos (as) não podem ou não conseguem elaborá-la como objeto de desejo e esperança”.

(Equipe do Observatório dos Conflitos Urbanos na Cidade do Rio de Janeiro - Conflitos urbanos: retratos da vida na e da cidade – www.cidades.gov.br – acessado em 21/05/2008)

PARTE II

CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS

CENÁRIOS

VITÓRIA

CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS

CENÁRIOS PROSPECTIVOS

Este estudo procura oferecer subsídios ao processo de tomada de decisão dos entes políticos responsáveis pela construção do futuro de Vitória: o poder público e a sociedade local. Advertimos, no entanto que, por força do pouco tempo para a elaboração, maturação de hipóteses e tendências para as próximas duas décadas, os cenários prospectivos aqui apresentados – inercial e desejado – delimitam-se pelos pressupostos para o desenvolvimento econômico de Vitória, lançados por ocasião da abertura dos trabalhos da Agenda Vitória. Assim sendo, são traçados os contornos mais gerais de um cenário futuro, pontuando algumas macro-tendências associadas ao mesmo, para, a seguir, desenhar as oportunidades do cenário desejado e as ameaças que eventualmente encerra.

1. Cenário prospectivo geral

A cidade de Vitória se consolidou como centro de comércio e serviços mais importante do Estado e ostenta como capital, a maior concentração em seu território de instituições políticas vinculadas a governança estadual bem como uma série de outras instituições e organizações civis e religiosas de suma importância para o contexto estadual e até nacional.

O debate em torno da tendência de futuro para o desenvolvimento de Vitória se concentra em torno da perspectiva que credita a Vitória amplas possibilidades de potencializar um processo de reconstrução de uma nova centralidade da cidade com base na geração e distribuição do conhecimento. Isto implica na negação da sua centralidade – pela divisão e partilha com os municípios da RMGV dos meios necessários à gestão e distribuição coletiva de serviços e mercadorias – e, ao mesmo tempo, na renovação e requalificação de suas

funções, encorpando processos inovadores que emergem na cidade e tendem a favorecer a articulação entre o local, o regional e o global. Esta tendência prediz ainda a possibilidade de Vitória ter a liderança e um papel de destaque na articulação com outros pólos ou centralidades emergentes no interior do estado, recompondo a fragmentação em novas bases ao mesmo tempo em que faz sobressair a sua nova centralidade, fincada na afirmação da alternativa tecnológica e de produção de conhecimento voltado para o desenvolvimento da RMGV e do Espírito Santo.

O projeto para o futuro de Vitória é, então, o de inseri-la numa rede mundial e nacional de cidades que produz tecnologia e conhecimento sobre temáticas de interesse metropolitano e regional. A seguir apresentam-se algumas tendências positivamente associadas a esse cenário.

1.1 — Macro-tendências no âmbito Nacional

- Crescente incorporação do conceito de inovação na agenda do setor empresarial e na política de fomento à pesquisa dos governos federal, estaduais e municipais.
- O Plano de Ação para o período 2007-2010 do Ministério da Ciência e Tecnologia tem como principal objetivo estimular um amplo leque de iniciativas que possibilitem tornar mais decisivo o papel da ciência, tecnologia e inovação (C,T&I) no desenvolvimento sustentável do País. Por ele estão assegurados recursos para apoiar incubadoras de empresas, parques tecnológicos e atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação (P,D&I) de empresas neles situadas visando gerar e consolidar empresas inovadoras e estimular a criação e a ampliação da indústria de capital empreendedor (*venture capital*), ampliando a inserção dessas empresas nos mercados interno e externo.
- Há fortes expectativas de que o avanço tecnológico atue de forma ainda mais intensa e decisiva para o desenvolvimento econômico e social do País.
- Ente as prioridades estratégicas do MCT ganha realce a preocupação com a promoção, a popularização e o aperfeiçoamento do ensino de

ciências nas escolas, bem como a produção e a difusão de tecnologias e inovações para a inclusão e o desenvolvimento social.

1.2 — Macro tendências no âmbito da Cidade de Vitória

- Consolidação do pólo de Software de Vitória e a ampliação do número de empresas nesse setor.
- Estudo de viabilidade do Parque Tecnológico Metropolitano, criando oportunidades ligadas ao desenvolvimento e aproveitamento de novas tecnologias; ao desenvolvimento de software e ao monitoramento do meio ambiente.
- Existência de um plano de apoio às indústrias criativas de Vitória.

2 — Oportunidades e ameaças resultantes

As condições parecem dadas para que Vitória ascenda a um novo patamar de desenvolvimento de médio e longo prazos. O novo rumo traçado, no qual a inovação tecnológica está decisivamente incorporada como elemento propulsor do crescimento, da prosperidade e da competitividade da cidade em relação as demais circunvizinhas e, até, a outros pólos de desenvolvimento regional, há que se pensar sobre as resultantes – positivas e/ou negativas - desse processo para a cidadania e os direitos humanos, enquanto expressões confirmatórias ou negadoras do bem-estar da população. É a esse exercício, - o de pensar as possibilidades e as ameaças para a cidadania e os direitos humanos na cidade – que nos dedicamos a seguir.

2.1 —Oportunidades – Cenário desejado

Se partirmos da premissa de que o conhecimento é um dos bens indispensáveis relacionado à cidadania e a aceitarmos como um fato inelutável, reafirmamos não só o campo dos direitos do cidadão, mas damos também um significativo passo para compreendermos o caráter “estratégico” que esta questão enseja para garantir a vida humana digna.

Se considerarmos a inserção das pessoas em contextos de alto e rápido desenvolvimento tecnológico e lembrarmos do Artigo 27 da Declaração Universal de Direitos Humanos, perceberemos que o direito ao conhecimento implica a garantia de acesso e o usufruto ao padrão de vida criado pelo instrumental da ciência e da tecnologia, em proporção condizente e satisfatória com o nível de desenvolvimento cultural do nosso momento histórico em que se vive.

Sendo assim, como ponto de partida para avançar na construção de respostas à premissa da cidadania seria importante avaliar o seguinte: como e de que forma a ciência, a tecnologia e a Inovação podem efetivamente oferecer respostas aos problemas mais prementes da nossa cidade, contribuindo assim para melhorar a qualidade de vida da população e o pleno exercício da cidadania econômica, social, civil, política, cultural e ambiental? Qual inteligência está sendo alocada para a superação das desigualdades e das incertezas sociais?

Apesar de não dispormos de referências suficientemente precisas que nos permitam avaliar como e em que medida os avanços na área de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) repercutem positiva ou negativamente no enfrentamento e superação das carências sociais e na garantia da integralidade dos direitos humanos, podemos conjecturar sobre o tema. De saída podemos admitir que existam tais possibilidades, são positivas e negativas ao mesmo tempo, pois se por um lado abrem um campo de oportunidades, por outro, são também portadoras de ameaças e desequilíbrios, tendentes a afetar de forma incisiva um grande contingente populacional historicamente apartado, excluído dos benefícios do desenvolvimento econômico e tecnológico e do crescimento da renda.

Ainda assim, podemos aqui fazer o exercício da imaginação criativa, buscando suporte aqui e ali em idéias que circulam sobre o tema e que dizem do desafio de incluir na agenda da sociedade o direito de produzir conhecimento, incorporando largos setores populacionais na partilha dos avanços gerados

pelo sistema de CT&I. Para que este acesso seja mais equânime e estenda-se, as “franjas” da sociedade é importante que o ser humano se reconheça e possa ser reconhecido como inventor, cidadão criador, capaz de elaborar e acumular saberes na busca por responder às dificuldades de sua realidade, de sorte a ampliar as condições materiais, ambientais e culturais que tradicionalmente lhe são específicas, e muitas vezes insuficientes.

Estender os bens da ciência e da tecnologia a todos e compreender o saber não como privilégio mas como direito é a faceta mais premente deste desafio. Além de ferramenta para alcançar conquistas materiais, o conhecimento é também fonte de realização e felicidade para o ser humano, quando este passa a se entender como matriz de ação inteligente, construtor de soluções que podem melhorar efetivamente sua condição de vida.

Para o enfrentamento desse desafio, a cidade de Vitória e a sua administração municipal atuarão em rede, articuladas a instituições públicas e privadas para evitar o ultrapassamento da importância econômica da cidade e da capacidade produtiva do seu cidadão.

A cidade produzirá conhecimentos e subsidiará os processos de inovação (de produtos, serviços, gestão, etc.) e o desenvolvimento tecnológico da cadeia produtiva regional e estadual.

Para o sucesso desse empreendimento, a cidade dará destaque à formação permanente para o trabalho, promovendo, ampliando e aprimorando o conhecimento do trabalhador no campo tecnológico. O programa de formação e atualização do trabalhador será desenvolvido o mais próximo possível do mesmo, em seu local de moradia ou no ambiente de trabalho, utilizando metodologias que façam uso de meios eletrônicos e interativos de ensino.

O sistema educacional em Vitória dará um salto de qualidade, integrando as suas funções às dos demais níveis de formação visando garantir educação em

ciência e tecnologia, de maneira competente e adequada. Este esforço se refletirá positivamente no nível de empregabilidade e na capacidade cidadã dos moradores da cidade para utilizar a tecnologia em prol da ampliando de sua participação social e no exercício do controle democrático da vida pública.

Os meios interativos de comunicação eletrônica abrirão múltiplas oportunidades e um número crescente de atividades profissionais que serão realizadas em casa ou a partir de casa. O trabalho executado em rede e coletivamente será impulsionado e crescerá significativamente na próxima década.

A juventude terá forte inserção social, política e cultural na cidade pelo seu protagonismo na expansão das chamadas indústrias criativas. Serão muitas as oportunidades de destaque juvenil nas áreas de design, moda, cinema, software interativo e de entretenimento, artesanato, música, artes cênicas e de promoção de eventos associados ao lazer.

As políticas públicas de geração de emprego e renda darão ênfase às inúmeras áreas com tendências promissoras do setor terciário como a indústria criativa de lazer em geral, turismo, estética e beleza, esportes, artes e atendimento de necessidades dos idosos, por exemplo.

A cidade deverá promover a popularização e o aperfeiçoamento do ensino de ciências nas escolas, bem como a produção e a difusão de tecnologias e inovações para a inclusão e o desenvolvimento social, conforme preconiza o Plano de C,T&I do Ministério da Ciência e Tecnologia. Nesse sentido, ampliará a programa de inclusão digital e desenvolverá projetos tecnologias sociais e de inclusão social, por meio de processos metodológicos participativos e garantirá o sucesso de suas iniciativas por meio da difusão e enraizamento de uma cultura de valorização da ciência, da tecnologia e da inovação, tornando a universidade parceira na tarefa de gerar e difundir tecnologia social.

2.2 – Ameaças - cenário indesejado

Estudo do IPEA destaca que as novas tecnologias tendem a reduzir os requisitos de mão-de-obra por unidade de produto de forma mais intensa do que o comércio. Mostra ainda, como efeito negativo da mudança tecnológica, a redução do nível de emprego para os trabalhadores menos qualificados, sendo que esta mudança beneficia trabalhadores mais qualificados.

Isto posto podemos supor com razoável sustentação em estudos sobre o tema⁸ que as novas estratégias para o desenvolvimento econômico e político de Vitória são exigentes de um novo tipo de trabalhador e de “mão-de-obra”. Em uma “cidade do conhecimento” poderá não haver espaço de trabalho para trabalhadores pouco qualificados e o emprego poderá ter tempo de duração atrelado a realização de ações e não a processos produtivos. Mesmo o trabalhador qualificado poderá ter reduzidas chances de trabalho se permanecer apegado à sua especialidade, ao “já sabido”. Nesse cenário, “saber pensar” se tornará mais fundamental do que “saber fazer” e a habilidade mais valorizada será a de saber aprender para saber refazer diante de novos desafios.

Os postos de trabalho no mercado formal tendem a ser restritos e acessados por aqueles que detenham conhecimento sólido, voltado ao desenvolvimento de soluções tecnológicas para o mercado. Mas, as trajetórias profissionais serão imprevisíveis. Profissões irão desaparecer enquanto outras surgirão e as qualificações exigidas poderão ser descartadas em seguida.

A estreiteza do mercado de trabalho estará na raiz, agudizando ainda mais, o fenômeno da criminalização de pobres e iletrados de todas as cores e etnias e dos movimentos e manifestações sociais contestatórios.

⁸ Cf. DAGNINO, Renato (2004) A Tecnologia Social e seus Desafios; e, LÓPEZ CERESO, José A. e LUJÁN, José Luis (2002) Observaciones sobre los indicadores de impacto social.

O trabalhador disfuncional ao padrão de desenvolvimento econômico da cidade tenderá ao desemprego crônico e estará afastado de qualquer direito associado ao mundo do trabalho. O setor informal tende a crescer com oferta de “serviços” pouco valorizados, ocupando espaços públicos e gerando sucessivos conflitos entre os ambulantes/camelos e os fiscais de postura e guardas municipais.

Os segmentos populacionais que vão perder espaço no cenário desenhado para o desenvolvimento econômico da cidade se perceberão como economicamente desnecessários e sobreviverão da Assistência social, sem vislumbrar qualquer possibilidade de mobilidade social positiva.

A queda da demanda por mão - de - obra de baixa qualificação será fruto de um processo simultâneo: primordialmente, pela mudança tecnológica e pela abertura comercial. A abertura e as inovações tecnológicas são partes de um mesmo processo, que tende a ocorrer de forma simultânea.

Os empregos gerados, por atraírem um tipo de trabalhador qualificado, com formação sólida, graduada e pós-graduada, impactarão sobre o mercado imobiliário, que passará a ser disputado por um público de maior renda nominal e familiar, o que tende a afastar de Vitória o morador nativo com baixa estabilidade no mercado de trabalho local.

Uma tendência pesada – conseqüente do processo de requalificação e seletividade para o uso e a ocupação do solo, associado à alta especulação imobiliária – poderá se manifestar no campo da sociabilidade, das referências sociais, da identidade e do “ethos” da cidade.

O desafio aqui é saber o que a cidade está disposta a preservar, o que a distingue e que não quer perder; quanto ela está disposta a ceder para os “chegantes” e “transeuntes” que virão na esteira da expansão das atividades de petróleo, gás e inovações tecnológicas para o mercado.

Que lugar a cidade (e seus poderes constituídos) pretende reservar para o congo, o samba, o “amores da lua”, os catadores de caranguejo, as desfiadeiras de siri, para a piedade, o morro dos alagoanos, o forte de São João e a Ilha das Caieiras?

O cenário prospectivo para o futuro da cidade assume um pressuposto político fincado na determinação de promover o desenvolvimento e a importância econômica de Vitória nos contextos local e global, qual seja: o de que Vitória vai disputar a soberania do conhecimento. O adensamento econômico da cidade em consequência desta tomada de rumo é uma possibilidade plausível. As potencialidades de tal processo talvez, ou certamente, ainda não estejam plenamente identificadas, assim como também as ameaças.

PARTE III

CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS

ESTRATÉGIAS, DIRETRIZES E PROGRAMAS

VITÓRIA
CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS
ESTRATÉGIA, DIRETRIZES E PROGRAMAS

A visão de futuro construída para Vitória e compartilhada em debates públicos ocorridos no transcurso da elaboração da Agenda, projeta a cidade como uma “cidade do conhecimento”. Por ela, as possibilidades da cidade são estimadas em torno de seu potencial para estimular um amplo leque de iniciativas de apoio a atividades estratégicas da economia regional e estadual, fruto da reconstrução da centralidade da cidade, apoiada na geração e distribuição do conhecimento em ciência, tecnologia e inovação.

É um futuro plausível, portador de muitas oportunidades e expectativas positivas associadas ao desenvolvimento econômico, mas também ao desenvolvimento social e humano das pessoas.

No campo da cidadania e da promoção dos direitos humanos as estratégias, diretrizes, e projetos aqui apresentados buscar afirmar um caminho capaz de incidir sobre os fatores de ameaça detectados no diagnóstico e nos cenários traçados. Sua elaboração parte de um ponto de vista otimista, ou seja, a crença na capacidade criativa inovadora e político-histórica dos sujeitos sociais. Compreendemos que as cidades são espaços de criação e de produção cotidiana da vida e, nesse sentido, são espaços compostos pelas práticas concretas de seus habitantes.

O que se propõe então é a que Vitória (seus habitantes e esferas de governo) se faça sujeito educativo, se transformando em uma cidade educadora. Isto implica acolher um dos princípios fundamentais contido na Carta das Cidades Educadoras, qual seja: “todos os habitantes de uma cidade têm o direito de desfrutar, em condições de liberdade e igualdade, dos meios e das oportunidades de formação, entretenimento e desenvolvimento pessoal que ela lhes oferece”.

O direito a uma cidade educadora é aqui proposto como uma extensão do direito do cidadão à cidade e firma-se na finalidade de suprimir obstáculos de todos os tipos que impedem seus cidadãos de a desfrutarem como uma cidade coletiva, que pertence a todos. Serão responsáveis pela realização desse ideal tanto a administração municipal e os moradores da cidade, que deverão igualmente comprometer-se com essa tarefa, como também outras administrações e sujeitos (públicos ou particulares) que têm alguma influência na cidade. educadora renova permanentemente seu compromisso com a formação de seus habitantes ao longo da vida nos mais diversos aspectos. E, para que isso seja possível, deverá levar em conta todos os segmentos, com suas necessidades particulares.

O esforço a ser empreendido pela cidade exige a renovação permanente do compromisso com a formação de seus habitantes ao longo da vida nos mais diversos aspectos, levando em consideração todos os segmentos, sobretudo os mais vulneráveis socialmente, com suas necessidades específicas.

Nesse sentido a preocupação central, norteadora das estratégias, diretrizes e projetos para as políticas públicas de promoção da cidadania e dos direitos humanos, é de inserir Vitória, ao mesmo tempo, na rede mundial de cidades educadoras e de cidades protetoras da vida. As estratégias para a realização de tal processo foram então desenhadas e propõem à cidade as possibilidades de:

- Promover a igualdade de acesso às oportunidades criadas pelo poder público e conjugar esforços com outras esferas da vida sócio-econômica e cultural da cidade em prol da construção de uma cidade para todos.
- Desenvolver as potencialidades educativas que a cidade contém, incorporando no seu projeto político os princípios da cidade educadora.
- Encorajar a transversalidade dos direitos humanos nas políticas públicas municipais como meio de realização de um projeto cultural e formativo

promotor da coexistência social solidária e pacífica, apoiado em inúmeras possibilidades educativas tendo por finalidade a formação integral dos moradores da cidade ao longo de suas vidas/existência.

- Referenciar Vitória como uma cidade que promove e protege a vida e os direitos humanos, compromissada com a prevenção da violência e dos agravos a saúde por causas externas e com o respeito, a tolerância, a promoção e a valorização das diversidades – étnico-racial, religiosa, cultural, geracional, territorial, de gênero, de orientação sexual, de nacionalidade, de opção política, dentre outras.

As diretrizes e programas aqui esboçados podem impulsionar as estratégias traçadas, garantindo a efetivação das mesmas se estiverem articulados de forma intersetorial, com elaboração colegiada de programas e projetos integrados. A indivisibilidade e a transversalidade dos direitos humanos serão garantidas através da implementação de políticas públicas específicas de direitos humanos e através de ações de direitos humanos em todas as políticas públicas no âmbito da cidade.

Embora alguns programas e metas aqui apresentados guardem estreita relação com atribuições e competências de uma determinada Secretaria Municipal, querem de fato expressar o interesse pela não fragmentação das ações propostas e a preocupação de não reduzi-las ao que é simplesmente da obrigação de cada setor. As proposições apresentadas se interessam por estimular o enlace harmonioso de programas, projetos e ações de diferentes secretarias no território da cidade, a ser pactuado por uma equipe coordenadora das ações de cidadania e direitos humanos. Esta equipe pode ser um comitê gestor presidido pela Secretaria de Cidadania e Direitos Humanos e composto, senão pelos secretários, por pelo menos um representante das secretarias municipais, e, sempre que possível, também por representantes das instituições parceiras e das organizações da sociedade civil organizada.

Este Comitê Gestor deve reafirmar permanentemente a direção política das ações intersetoriais na finalidade de garantir a interdependência e a complementaridade das mesmas. Igualmente, deve direcionar os agentes públicos para a perspectiva dos direitos humanos, mas sem a pretensão de convertê-los em militantes da área, embora deva fomentar a participação de outros segmentos para assumirem especificamente esta tarefa.

Objetivo Geral

Converter o espaço comum da cidade em espaços multidimensionais de educação para a diversidade, para o aprimoramento das relações sociais baseadas no respeito, no tratamento positivo da diferença e de luta solidária para o enfrentamento da desigualdade social e o aprofundamento da democracia.

2. DIRETRIZES E PROGRAMAS GERAIS

Diretriz 1 – Trabalho, inclusão e direitos

Elaboração e execução de programas intersetoriais voltados à criação de proteções viabilizadoras de inclusão social pelo trabalho, conduzidos pela ação do poder público municipal em parceria com a iniciativa privada e organizações sindicais e da sociedade civil.

Objetivo

Garantir os direitos econômicos e sociais de cidadania, atribuindo centralidade ao trabalho e à inserção produtiva e criativa do cidadão à cidade.

Programa 1 — Gerando conhecimento, gerando trabalho

Objetivo:

Promover capacitação na área de tecnologia e inovação a ser acessada por cidadãos e cidadãs da população economicamente ativa da cidade.

Meta 1 – Gerenciar um programa de formação permanente para o trabalho, promovendo, ampliando e aprimorando o conhecimento do trabalhador na área tecnológica e das atividades vinculadas a cadeia produtiva regional e estadual.

Meta 2 – Desenvolver processos educativos de formação e/ou atualização do conhecimento, descentralizando e ampliando as suas formas de implementação com a utilização de metodologias interativas de ensino e meios eletrônicos.

Programa 2 – **Rede de emprego e empregabilidade**

Objetivo:

Promover a inclusão social e profissional de desempregados, subempregados e de jovens e mulheres que desejam ingressar em atividades geradoras de trabalho e renda, organizando-os em empreendimentos produtivos autogestionários, economicamente viáveis e sustentáveis, induzindo relações solidárias e comprometidas com a capacidade produtiva dos cidadãos (as)

Meta 1 – Articulação de uma rede de instituições públicas e privadas voltada a identificação de necessidades e oportunidades no mercado de trabalho local, visando a inserção qualificada e protegida do trabalhador(a).

Meta 2 – Criar oportunidades de trabalho cujas atividades profissionais possam ser realizadas em casa ou a partir de casa, estimulando a construção de redes coletivas de trabalho e de educação para o trabalho.

Meta 3 – criar mecanismos de indução e promoção da admissão de pessoas com deficiência nas empresas, observando a Lei nº. 8.213/91 e tornando-a um instrumento de inserção no mercado de trabalho para os portadores de deficiência.

Meta 4 – Projetar iniciativas vocacionadas à geração de trabalho e renda para a população negra da capital por meio de ações de fomento a criação de cooperativas ou associações de produção, com incentivo à capacitação e créditos especiais para apoio ao empreendedor(a) negro(a).

Meta 5 – Avaliar a adoção do sistema de cotas para negros(as) nos concursos públicos realizados pelos poderes executivo e legislativo de Vitória. Recomenda-se a realização de estudos e amplos debates públicos na cidade visando conferir a necessária sustentação social e política a essa medida.

Diretriz 2 – Cidade espaço de aprendizagem

Criação de inúmeras possibilidades educativas que, envolvendo as organizações da sociedade, os espaços formais e informais de educação, possa ampliar a importância dos espaços sociais coletivos, a capacidade de interferência cidadã nos rumos da cidade e a adesão responsável, criativa e participativa no ordenamento e/ou enfrentamento das questões urbanas.

Objetivo Geral

Desenvolver a cidade para o exercício de funções educadoras, provendo a formação, a promoção e o desenvolvimento de todos os seus habitantes, a partir das crianças e jovens.

Programa 1 – Ambientes educadores

Visam encorajar o diálogo entre gerações e estimular o associativismo e a busca de projetos comuns e partilhados entre os moradores das regiões da cidade, fomentando a aproximação e a convivência pacífica e civilizada. Por outras palavras, os ambientes educadores representam uma oportunidade de propiciar espaços de formação e debate envolvendo todos os grupos etários em atividades que estimulem o discernimento político sobre a vida em coletividade e o exercício da cidadania ativa e da participação cidadã nos espaços comuns da cidade.

Destinam-se a desenvolver funções educativas em estreita correlação com as políticas públicas, potencializando intencionalidades inclusivas e promotoras da qualidade de vida, estimulando a convivência solidária em espaços formais e informais da cidade.

Objetivo:

Ampliar o aparato sócio-educativo da e na cidade a fim de contribuir para a o processo de formação permanente do cidadão ao longo de sua vida/existência, por meio de ações desenvolvidas em vários e diferentes espaços da cidade como museus, praças, igrejas, ginásios esportivos, parques ambientais e vias públicas e através das ações empreendidas por distintas secretarias municipais (educação, saúde, assistência social, esporte, cultura, segurança, meio-ambiente, cidadania e direitos humanos, desenvolvimento da cidade, etc.)

Meta 1 – Utilizar e dinamizar as estruturas físicas existentes na cidade, (públicas, particulares, associativas, religiosas, etc.) para que desenvolvam projetos educativos extra-escolares voltados para a conscientização e o exercício de direitos e deveres de cidadania e para o respeito aos direitos humanos, à diferença e à pluralidade.

Meta 2 – Preparar os membros dos conselhos da cidade para o exercício de um trabalho permanente de conscientização e educação popular junto a comunidade sobre temas das áreas em que a representa (criança e adolescente, idosos, educação, saúde, segurança urbana, direitos humanos, plano diretor da cidade, etc.).

Meta 3 - Promover projetos de formação para os servidores públicos municipais em geral visando fortalecer intervenções qualificadas e ao mesmo tempo educadoras.

Meta 4 – Agregar ao processo de elaboração do OP mecanismos pedagógicos de educação popular que propaguem a noção de direitos humanos a partir de

conteúdos extraídos da realidade local na finalidade de criar meios de empoderamento da população para enfrentar situações que ocorrem em seus bairros/regiões, comprometendo a qualidade de vida e os direitos individuais e coletivos

Programa 2 – Redes Sociais educadoras

Objetivo:

- Criar espaços de sociabilidade que contribuam para a ampliação de laços de solidariedade e promovam a educação para a cidadania e a defesa de direitos, individuais e coletivos.
- Estimular a criação de redes de participação pela cidade visando aumentar o protagonismo da sociedade civil, o empoderamento de suas organizações em prol da cultura da paz e dos direitos humanos.

Meta 1 – Fortalecer as organizações locais, por bairro ou região da cidade, visando à formação de *“comunidades de aprendizagem”*, congregando os moradores em torno de um trabalho de cunho educativo voltado para a prática da cidadania e a ampliação qualitativa e quantitativa dos direitos humanos, sem discriminação de qualquer natureza. Entre outras modalidades de formação, serão estimuladas aquelas de levem a um ampliação do conhecimento da população local acerca dos direito humanos e de cidadania, com orientações precisas sobre os mecanismos para reclamá-los, individual e coletivamente, e exigir reparação quando violados, quer por entes públicos, instituições privadas ou particulares.

Meta 2 - Organizar junto às administrações regionais da cidade grupos de *educadores ambientais* dedicados a estimular atitudes de cuidado e atenção com o meio ambiente e as boas práticas de desenvolvimento sustentável, além de instruir os moradores quanto ao direito e a responsabilidade de todos e de cada um a um ambiente saudável.

Meta 3 – Favorecer a criação de *Comitês da Paz* nos bairros da cidade estimulando o empoderamento dos mesmos e o desenvolvimento de saberes que os referencie localmente para uma atuação qualificada de mediação de conflitos e no desenvolvimento de ações de prevenção da violência.

Meta 4 – Expandir o programa de formação de *promotores de cidadania* visando a atingir no mínimo um terço da população de cada região administrativa da cidade e, com ela, construir uma rede de educação em direitos humanos que se reunirá sistematicamente para troca de experiência, avaliação e aperfeiçoamento da metodologia de trabalho, das parcerias e retaguardas.

Meta 5 – Criação de grupos de mulheres promotoras da cidadania feminina capacitados para desenvolver ações educativas junto a mulheres que sofram violência dando instruções sobre questões de direito (violação de direitos ameaça, Lei Maria da Penha, benefícios e pensão, etc.) e encaminhando para os serviços de apoio especializados. Esta iniciativa pode estar articulada e em parceria com a Delegacia de mulheres e o CAVVIV e o Fórum Estadual de Mulheres.

Diretriz 3 – Escola: viveiro da cidadania e do respeito à diversidade

Objetivo:

A escola reforçará seu papel de meio por excelência para a realização do direito ao conhecimento e subsidiará o educando em seu processo de apropriação das inovações que podem contribuir para a expansão de sua visão como cidadão em formação e melhorar sua condição de vida. A escola aprofundará a sua identidade como um espaço plural, acolhedor da diversidade e problematizador do processo educativo que preside no propósito de evitar e superar a estereotipação e as diversas formas de exclusão e discriminação do educando por motivo de raça, sexo, cultura, idade, condição econômica, “fracasso escolar”, etc. A escola irá favorecer a autonomia do aluno e o direito de todos de desfrutar das oportunidades de formação que a cidade ofereça.

Meta 1 – Tornar atrativo o espaço escolar produzindo formas de interação da escola com a comunidade local e com os espaços não-formais de aprendizagem, oportunizando meios de manifestação e expressão de “performances” do educando por meio, dentre outras, de atividades culturais, desportivas, teatrais, musicais e informáticas com forte envolvimento da juventude local e de seus familiares.

Meta 2 – Ampliar o processo de inclusão digital do educando, mantendo laboratório de informática e reforçando conteúdos relacionados à ciência e a tecnologia, estimulando o educando a fazer do conhecimento uma fonte de realização e felicidade para si e para a coletividade e meio por excelência para a construção de alternativas e melhoria das condições de vida.

Meta 3 – Criação de formas de reconhecimento público e de reforço da competência pessoal, profissional e cultural do professor(a) para lidar com situações de conflito na escola e/ou com comportamentos agressores, anti-sociais ou incivilizados do educando.

Meta 4 – Realização de oficinas de educação para a cidadania a partir de questões do cotidiano do educando e incremento de atividades que conectem o educando com a interculturalidade do meio social e promovam os valores democráticos, a civilidade, a cortesia e a boa educação para a vida em coletividade.

Meta 5 - Incentivar a organização estudantil por meio da criação de grêmios, escolares, da participação do educando no fortalecimento dos Conselhos de Escola, associações e grupos juvenis – estimulando a coexistência com a diferença e a pluralidade, o respeito aos direitos humanos, o compartilhamento de responsabilidade, a manifestação de opinião, a capacidade propositiva, a convivência fraterna e o aprendizado da participação democrática na escola e na sociedade;

Meta 6 – A escola se distinguirá cada vez mais por implementar uma política educativa ampla, de caráter transversal e inovador capaz de acolher as diversas manifestações culturais da comunidade em que está inserida e fomentar a realização de encontros pedagógicos com as famílias dos educandos que lhes permita ajudar os seus filhos a apreender a cidade em um espírito de respeito mútuo.

Meta 7 - Incentivar a organização cívica e política dos estudantes através de grêmios estudantis, fortalecendo a participação dos mesmos nos Conselhos da Escola, nas associações e grupos juvenis e em atividades na comunidade, visando despertar e estimular a capacidade de organização da juventude e a representação pública de seus interesses e ideais, na perspectiva democrática e de respeito aos direitos humanos.

Diretriz 4 – Cidade e comunidades protetoras da vida

Estimular práticas comunitárias e institucionais protetoras da vida que trabalhem a promoção da qualidade de vida e o combate à banalização da violência a partir de um enfoque promocional de enfrentamento das causas externas de sofrimento e morte (Em 2006, a segunda, a terceira e a quarta causas de mortes violentas foram, respectivamente, queda, acidente de trânsito e atropelamento, conforme Tabela 5).

Promover a cidadania dos segmentos historicamente expostos à violência e à discriminação, estimulando ações educativas nas comunidades e incorporando a participação social dos segmentos na formulação, implementação e monitoramento de programas e ações protetoras do direito à diversidade.

Objetivo geral:

Desenvolver redes de promoção e proteção da vida com atuação sobre as causas evitáveis de mortes e/ou incapacitação física decorrentes de quedas, acidentes de trabalho e de trânsito.

Desenvolver ações integradas e inter-setoriais direcionadas a população LGBT com o objetivo de promover direitos e o acesso desse segmento as políticas pública ao lado da implementação de políticas especificamente destinadas as necessidades humanas desse segmento.

Programa 1 – **Conhecer, proteger e multiplicar a atenção a vida**

Meta 1 – Aprimorar o banco de dados SIGMOR/PMV visando:

- garantir tanto o levantamento, registro e organização de dados sobre ocorrências urbanas que produzem mortes e acidentes por causas externas como o conhecimento sistemático das circunstâncias geradoras dos fatos apurados e suas relações com as características do ambiente em que ocorrem e as relações sociais que as permeiam.
- Articular o SIGMOR aos conselhos da cidade, fóruns e movimentos sociais com a finalidade de gerar ações públicas que, envolvendo a comunidade, possam contribuir para a diminuição das ocorrências registradas e para a elaboração de planos de ação integrada, intersetorial e participativos.
- Elaboração e implementação em parceria com lideranças comunitárias, religiosas de agendas sociais protetoras da vida, fomentando a criação de redes de proteção voltadas para a para intervir em todos os componentes que geram os ferimentos e as mortes por causas externas

Meta 2 – Promover estudos, seminários e capacitação de profissionais da saúde, da guarda municipal (comunitários e de trânsito) e do meio ambiente, habilitando-os a intervirem, preventivamente, em situações de riscos ou de iminente dano físico por causas externas evitáveis e a realizarem diagnósticos situacionais e observação participante de ambientes da cidade, visando a segurança das pessoas.

Meta 3 – Diminuir significativamente o número de óbitos decorrente de queda no ambiente doméstico, em parques, jardins, escolas e vias públicas. Deve ser estimulada a formação de grupos de protetores da vida por bairro da cidade compostos por lideranças comunitárias, moradores, comerciantes, guardas municipais e agentes de saúde, por exemplo. As equipes devem ser treinadas para identificar e notificar junto às unidades de saúde, escolas ou regionais administrativas os eventuais fatores determinantes de acidentes (pisos escorregadios, má conservação ou forma de utilização de equipamentos públicos, sinalização de vias públicas, etc.) nesses ambientes, propondo medidas a serem adotadas pelo poder público ou por particulares para fazer cessar o risco.

Meta 4 – Criar espaço de interação, de troca de experiência, de pactuação e construção de parcerias institucionais com organizações não-governamentais encarregadas da gestão de programas de proteção a vítimas da violência criminal e a seus familiares, com ênfase para crianças e adolescentes ameaçados de morte.

Meta 5 – Ampliar os esforços públicos no âmbito do ordenamento do espaço físico urbano com especial atenção para as necessidades das pessoas com dependência de equipamentos e serviços específicos visando garantir a acessibilidade, o encontro e o lazer entre as pessoas, cuidando do planejamento urbanístico a fim de garantir um entorno acolhedor e respeitoso com as limitações permanentes ou eventuais que possam apresentar.

Programa 2 – **Respeitar a vida e a diversidade**

O aprimoramento das ações públicas direcionadas a promoção da cidadania LGBT devem integrar as áreas da educação, saúde, segurança urbana, assistência social e cultura tendo por objetivo a promoção da equidade a partir da compreensão das vulnerabilidades específicas desse segmento populacional. Nesse sentido as metas de trabalho propostas visam fortalecer as ações em curso, ampliando sua abrangência social e política e fortalecendo

os esforços em prol da erradicação da homofobia, da violência e discriminação contra os homossexuais.

Meta 1 – Sensibilizar gestores públicos e profissionais da saúde, da guarda municipal e educadores municipais sobre as expressões da homofobia no acesso aos serviços e na qualidade da atenção prestada pelos profissionais a população LGBT. A capacitação desses profissionais deve ter caráter permanente e focar, entre outros conteúdos, os aspectos sócio-culturais e morais relacionados à sexualidade humana, trabalhando a partir dos conceitos de alteridade, liberdade e autonomia dos sujeitos a concepção do direito à livre orientação sexual e identidade de gênero.

Meta 2 – Garantir a participação de representantes dos segmentos LGBT nas instâncias dos conselhos e conferências municipais das áreas de saúde, educação, segurança urbana, cidadania e direitos humanos, assistência social e cultura, principalmente.

Meta 3 – Incentivar a criação junto aos CRAS de atividades diversas que tenham por objetivo atrair familiares de LGBT para a reflexão, a troca de experiência e a compreensão mútua sobre a orientação sexual e a identidade de gênero de seus filhos ou filhas, visando primordialmente assegurar vínculos afetivos e familiares, evitar o abandono e a expulsão do homossexual do seio familiar. Esse trabalho de orientação aos pais deve também contar com o apoio e o suporte da SEMUS e da SEMCID no propósito de garantir um serviço continuado e especializado que incida sobre, refreando, os mecanismos de aversão e repulsa do homossexual pelo meio sócio-cultural em que vive.

Meta 4 – Promover a integralidade e a equidade da atenção à saúde da população LGBT qualificando e ampliando o atendimento e implementando novas ações visando a garantir cobertura às necessidades específicas desse segmento. Nessa direção recomenda-se:

- a) Assistência ginecológica de qualidade a mulheres lésbicas, bissexuais e transexuais e atenção integral à saúde das mesmas em todas as fases de suas vidas no âmbito do SUS.

- b) Assistência em urologia e proctologia para homens gays, bissexuais e travestis dentro da perspectiva da política de atenção integral à saúde do homem.
- c) Estabelecer protocolos de cooperação técnica e científica com a Universidade Federal e demais instituições de ensino superior para definir diretrizes e planos de ação relacionados a hormonioterapia, implante de próteses de silicone e retirada de silicone industrial para travestis e transexuais.
- d) Qualificar a atenção à saúde mental da população LGBT, prevenindo os agravos decorrentes dos efeitos da discriminação, da rejeição familiar, da exclusão social, da violência física ou sexual, do uso de álcool e outras drogas.
- e) Intensificar as ações de enfrentamento da epidemia de AIDS e outras DST's junto à população LGBT, inclusive em locais de "pegação".

Meta 5 – Fortalecer redes de apoio social, psicológico e jurídico para atendimento a população LGBT e ampliar os pontos para o atendimento municipal às vítimas de violência por orientação sexual.

Meta 6 – Programar ações de vigilância e prevenção da violência contra homossexuais e estabelecer parceria com a Polícia Civil do Estado do Espírito Santo visando à criação de um núcleo de investigação de crimes homofóbicos.

Meta 7 – Identificar, reconhecer e valorizar as expressões culturais LGBT, garantindo acesso a recursos para a produção cultural advinda desse segmento populacional.

Meta 8 – Promover ações de formação e capacitação profissional da população LGBT inclusive em ações desenvolvidas no âmbito das políticas de fomento a economia solidária, com vistas ao apoio e à criação de empreendimentos econômicos solidários formados por pessoas desse segmento populacional.

REFERÊNCIAS

- ABE, André Tomoyuki. Grande Vitória, E.S: crescimento e metropolização. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo, 1999.
- ADORNO, Sérgio. Exclusão socioeconômica e violência urbana. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 4, n. 8, jul/dez. 2002.
- BAUMAN, Zygmunt. Em busca da Política. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- CARTA DAS CIDADES EDUCADORAS. Obtida em <http://www.cmlisboa.pt> no dia 11/05/2008 no sítio da Câmara Municipal de Lisboa.
- DAGNINO, Renato (2004). A Tecnologia Social e seus Desafios. In: *Tecnologia Social: uma Estratégia para o Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil.
- INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL (2004) Caderno de Debate – Tecnologia Social no Brasil. São Paulo.
- INSTITUTO DE PESQUISA DO ESPÍRITO SANTO (2002) Retrospectiva dos Indicadores de Criminalidade no Espírito Santo. Vitória: IPES/ Jones dos Santos Neves. CD.
- LÓPEZ CERREZO, José A. e LUJÁN, José Luis (2002) Observaciones sobre los indicadores de impacto social, *Revista Iberoamericana de Ciencia, Tecnología, Sociedad e Innovación*, Número 3 / Mayo – Agosto. In <http://www.campus-oei.org/revistactsi/numero3/art03.htm>.
- MAIA, José Benedito Zarzuela (2005). Desenvolvimento econômico. Dicionário de Direitos Humanos. Maio de 2005. In: www.esmpu.gov.br/dicionario
- MISSE, Michel.(2006). Crime e violência no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Ed. Lúmen Júris.
- PANDOLFI, Dulce Chave (Org.) (2000). Cidadania, Justiça e violência. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- RIBEIRO, Luiz César Q. O futuro das metrópoles: desigualdade e governabilidade. Rio de Janeiro: REVAN/FASE, 2000.
- ROHR, Roseane Vargas. “A violência no trânsito: Um risco cotidiano no trabalho dos motoboys” – Vitória: UFES. Relatório da pesquisa. 2006.
- PEREIRA, Eliane Tozato, BORLOT, Ana Maria Monteiro. ANGELI, Cleonice Viana dos Santos. A violência contra o idoso e as estratégias de enfrentamento da Secretaria Municipal de Saúde de Vitória. Vitória: FAPES, 2006, Relatório de pesquisa.